



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 409 - DE 3 a 17 DE ABRIL DE 2011 - R\$ 3,00



Fora o imperialismo da Líbia! Pela autodeterminação dos líbios!



Levante dos operários de Jirau: Governo Dilma reprime os explorados; direções sindicais culpam trabalhadores

Brasil/Estados Unidos: a virada do governo petista de Dilma



Brasil/Estados Unidos – a virada do governo petista de Dilma

Os mais destacados porta-vozes dos Estados Unidos no Brasil reconhecem que as mudanças nas diretrizes da política exterior de Dilma Rousseff representam de fato uma diferenciação em relação ao governo Lula. O apoio do grande capital à virada da nova administração vem sendo ostensivo. Os jornais repisam as diferenças entre os dois governos, ao ponto de Lula se incomodar e responder que não há descontinuidade. Montou-se um cerco em torno da presidenta para que alinhe o Brasil por trás da mais poderosa potência mundial.

A dissintonia de Lula/Amorim com a política americana de direitos humanos e as consequentes divergências em torno do conflito das potências com o Irã sofreram duras críticas no Brasil e no exterior. Mas os atritos foram mais amplos.

Na América Latina, os Estados Unidos se surpreenderam com a petulância de Lula/Amorim pretenderem assumir a direção dos acontecimentos em Honduras, sustentando a volta do presidente deposto, Manuel Zelaya. Com a Venezuela, a administração brasileira havia acertado a venda de aviões militares produzidos pela Embraer. O Pentágono a proibiu, evocando um acordo de transferência tecnológica.

Em outras latitudes, o Brasil também destoou da diplomacia internacional e das coordenadas econômicas dos Estados Unidos. Não poderia reconhecer a China como economia de mercado sem as ordens da Casa Branca. Lula foi impedido de fazê-lo, permanecendo nas intenções.

Mas voltemos ao conflito mais abrangente. O Brasil foi instado por Obama a servir de linha auxiliar nas pressões sobre o Irã, com a tese de energia nuclear somente para fins pacíficos e sob o controle da Agência Internacional. A diplomacia brasileira se empenhou em convencer o Irã a fazer a troca do urânio bruto pelo enriquecido. Ninguém acreditava que os iranianos aceitariam uma proposta desse tipo. As forças internas ao Estado norte-americano, decididas a intervir militarmente no país persa, desautorizaram o Brasil. Todo esforço de Lula pela solução negociada foi ladeira abaixo. O imperialismo deixou claro o que é servir de linha auxiliar e o que é tomar a dianteira do processo sem a devida capacidade econômica e militar.

Para a “comunidade internacional” (potências), não obstante, o fundamental é que Lula não se meteu a besta de assumir bandeiras nacionalistas, que o pintassem de antiimperialista. Mesmo que quisesse não poderia, a burguesia brasileira não o permitiria. Ao lado de posições destoantes com as dos Estados Unidos, o caudilho prestava enormes favores ao capital internacional. Internamente, as multinacionais e os investidores se serviram à farsa da abertura econômica. Externamente, o Brasil se destacou no apoio às respostas das potências à crise que eclodiu em 2008. Imediatamente, colocou os recursos do Estado em proteção ao grande capital. Os banqueiros sentiram a mais completa segurança, aplicando em títulos da dívida pública e recebendo altos juros. O FMI não precisou propor nada a Lula. Tudo foi cumprido conforme a sua diretriz. Nenhuma fração do imperialismo e do capital interno se queixa de falta de negócios, de alta lucratividade,



de oportunidades financeiras e, sobretudo, de paz social para explorar livremente a força de trabalho.

Apoiado no favorecimento das atividades capitalistas e na projeção econômica do País, Lula se aventurou a levantar a bandeira de uma política exterior independente. Não pretendeu nenhuma ruptura. Apenas achava que o Brasil, por sua importância na América Latina e por ter melhorado sua posição na economia mundial, merecia ter voz própria e ser levado em consideração pelo restrito clube de países ricos que controlam o mundo. Enfim, Lula era um caudilho operário que ingressou na política burguesa e venceu seus obstáculos com a ajuda eleitoral das massas e de grupos econômicos. Os ventos favoráveis da economia mundial o permitiram desfraldar a tarefa de alcançar para o Brasil um lugar de destaque na arena internacional, enfim, conquistar um pouco de autoestima, como diriam os psicólogos da pequena-burguesia.

Os Estados Unidos estavam dispostos a ajudá-lo se não tivesse alteado seu vôo no caso do Irã. Nesse processo, Lula/Garcia/Amorim não tiveram a dimensão real do conflito. Os Estados Unidos se preparavam para uma intervenção, contando com o conjunto das potências e com Israel. O plano de guerra contra o Irã se encontrava (e se encontra) na gaveta do presidente dos Estados Unidos. As asas do caudilho foram cortadas e a pobre ave tropical descendeu ao solo, agarrada em uma missiva de Obama e sob o protesto de que cumpria um pedido feito pelos Estados Unidos.

A mudança de Dilma expressa o fracasso do caudilho em agir como um governo bonapartista de estatura elevada, capaz de se mover por cima das frações do capital internacional e nacional. O novo governo não tem mandato eleitoral das massas e nem do conjunto da burguesia. Não poderá conquistá-lo aproximando-se da maioria explorada. Terá de forçosamente procurá-lo com a classe capitalista. Necessariamente, precisa do apoio dos Estados Unidos. A crise econômica ainda mantém seu curso. O Brasil já sente o peso de sua mão. O melhor a fazer é ter um patrão poderoso. A burguesia brasileira reconhece os Estados Unidos como esse ente superior. Permitiu a Lula representar a figura do Brasil independente porque estava ganhando muito, era-lhe conveniente na situa-

ção e não levaria a nenhum sério distúrbio com as potências. Dilma é a anã, a burocrata que Lula escolheu e elegeu com a ajuda dos grupos econômicos, favorecidos em sua gestão. Para mostrar alguma estatura, necessita do sopro de vida dos Estados Unidos.

A “visita” do presidente dos Estados Unidos

Tudo foi maravilhoso, na cidade encantada do Rio de Janeiro, com seu sorridente governador e com seu Cristo Redentor de braços abertos. A não ser a violenta repressão a uma manifestação que não contava com mais de duas centenas de ativistas de esquerda e sindicalistas. Mas esse dissabor não mereceu consideração da imprensa.

Tudo foi perfeito. Faltou apenas um toque de respeito de Obama: seus seguranças revistaram até ministros. O altivo Aloísio Mercadante ficou chocado com o pente fino americano. Mas não era para ficar. O presidente dos Estados Unidos, afinal, não é um presidente qualquer, como o do Brasil, da Bolívia etc. O cargo de potência que oprime a maioria dos povos e que está metido em guerras exige segurança. Até mesmo um bosta como Mercadante podia levar uma bomba na cueca.

Tudo foi perfeito. Obama fez o discurso da identidade de interesse, obteve um protocolo de acordo em várias áreas e lá do Planalto ordenou o início dos ataques à Líbia.

A coincidência da visita com a intervenção militar na guerra civil líbia acabou refletindo a nova diplomacia brasileira. A abstenção do Brasil na votação da Resolução 1973, de fato, constituiu um voto a favor, com a vantagem de permitir a Dilma manter a bandeira de paz negociada de Lula. Igualmente, a mudança do voto na Resolução sobre a violação dos direitos humanos no Irã é compatível com a abstenção frente à decisão de violação da soberania da Líbia.

Um dos porta-vozes mais eminentes do imperialismo, o ex-embaixador em Washington, do governo Fernando H. Cardoso, Sr. Rubens Barbosa, avaliou a visita de Obama como um “marco no relacionamento Brasil-EUA”. E saudou a mudança de Dilma que deixou para trás o posicionamento ideológico e o antiamericanismo da diplomacia lulista. Agora, o pragmatismo fala mais alto.

É uma enorme besteira acusar o governo Lula de “anti-americanismo”. Mas tem sentido a caracterização de “posicionamento ideológico”. Faltou ao Sr. Barbosa nos brindar o conteúdo. Lula procurou dar um conteúdo de independência e de soberania do Brasil. Portanto, um conteúdo ideológico, que posto em prática conflitou com os Estados Unidos em questões já analisadas anteriormente. Não obstante, fracassou porque falta ao Brasil semicolonial base econômica, social e militar para exercê-la.

Não é do interesse do ex-embaixador explicar o conteúdo ideológico porque teria de expor o seu. A defesa da “visão pragmática” de Dilma em contraposição à “visão ideológica” de Lula está prenhe de ideologia, cujo conteúdo é o da subserviência. Não por acaso, os acordos assinados pelos

presidentes dos Estados Unidos e do Brasil favorecem o imperialismo e não a semicolônia. Vejamos os mais importantes, citados pelo Sr. Barbosa.

1. “O Acordo-Quadro Bilateral para a Cooperação sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior e o anúncio de negociações de acordo para proteger tecnologia de operação de lançamento.” Dilma reativará a Base de Alcântara, supervisionada pelos Estados Unidos. É do interesse do Pentágono retomar o projeto de um centro de lançamento de satélites em Alcântara, frustrado no passado recente por servir a seus objetivos militares.

2. “Acordo de Comércio e Cooperação econômica (Teca), cujo objetivo principal é facilitar o acesso de produtos dos EUA e do Brasil no mercado dos dois países, (...). Os Estados Unidos tomaram a decisão de reduzir o déficit em sua balança comercial e Obama quer exatamente que o Brasil abra ainda mais o mercado. O protecionismo americano está em pleno vigor. Lembremos que o Brasil governado por Lula ganhou na OMC a denúncia contra medida de proteção ao algodão. Prometeu retalhar os Estados Unidos, mas acabou aceitando uma quirela de indenização aos fazendeiros brasileiros.

3. “Acordo de cooperação em terceiros países, sobretudo africanos (...) Pretende-se que o Brasil seja um aliado do imperialismo, servindo-lhe de máscara assistencialista, comercial e política, em uma situação que cresce o ódio ao colonialismo. Por outro lado, os Estados Unidos poderão contar com seu auxílio para conter o avanço da China no continente. No Haiti, o Brasil serve ao intervencionismo americano. O mesmo se pretende que cumpra na África convulsiva.

4. “O acordo de biocombustível para a aviação.” Obama foi enfático no tocante ao interesse dos Estados Unidos em atuar na prospecção da camada do pré-Sal. Prepararam-se para exercer controle ou ter influência estratégica na política energética do Brasil.

Enfim, pretende que o Brasil contrate empresas americanas para os investimentos em infraestrutura e reavalie a compra de aviões de guerra. Esse é o resultado da visão pragmática de Dilma e do novo marco das relações Estados Unidos-Brasil.

A burocracia sindical e a esquerda petista que trabalharam pela constituição do governo Dilma carregam a responsabilidade de sua política servil. A luta contra o governo antinacional e antipopular começa pela defesa da vida das massas e pelas bandeiras antiimperialistas. Os primeiros sinais de que Dilma fará um governo de ataque à vida dos explorados se manifestaram no reajuste do salário mínimo abaixo do custo de vida. Outros ataques virão. A classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana acordarão da bebedeira assistencialista dos oito anos de Lula sob os murros e os pontapés do governo antinacional de Dilma. Irão à procura de suas reivindicações e se manifestarão com seus métodos próprios de luta, como mostram os operários da Usina de Jirau e Santo Antônio.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Desnacionalização do solo brasileiro

Com o avanço da agroindústria no campo, da elevação dos preços das commodities e valorização das terras, o capital estrangeiro retomou a ofensiva na aquisição de gigantescas propriedades agrárias. Fato que chamou a atenção do governo Lula, empenhado em promover as formas mais avançadas de produção capitalista no campo. Chegou-se à conclusão de que, com o abandono pelo governo de Fernando H. Cardoso da lei de 1970, que restringia a compra de terras por estrangeiros, abriram-se as comportas da desnacionalização, a ponto de constituir um risco à segurança do País.

Lula mobilizou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Advocacia Geral da União (AGU), bem como os ministérios envolvidos com a questão, para disciplinar a invasão das multinacionais e do capital financeiro internacional. A iniciativa se fundamenta na retomada da lei de 1970, assim o projeto estabelece novos limites ao controle externo da propriedade fundiária. A pessoa física pode ser proprietária de até 15 módulos fiscais, ante os até 50 módulos permitidos anteriormente. E a pessoa jurídica, até 30 módulos fiscais, ante os até 100 módulos, anteriores.

A medida dos módulos varia de região para região, assim, no primeiro caso, a permissão seria entre 75 a 1.500 hectares; e, no segundo, entre 150 a 3.000 hectares. Pelo critério de módulo fiscal, é considerada pequena propriedade aquela que vai de 1 a 4 módulos; média, de 4 a 15; e grande, acima de 15 módulos.

O projeto lei faz também uma alteração no limite de área controlada por estrangeiros. Permanece da lei anterior o direito dos imóveis desnacionalizados perfazerem 25% da área do município; no caso dos imóveis pertencerem a um único proprietário estrangeiro, não podem ultrapassar a 10% da área do município. A alteração se faz no caso particular da Amazônia, cujo limite passa a ser 10% e 4% da área do município.

Afinal, qual é a extensão de terra controlada pelo capital estrangeiro? Não se sabe ao certo. Na verdade, o Estado oculta a contabilidade. O cadastro do Incra indica que 45 mil quilômetros quadrados do Brasil pertencem a grupos externos. Para se ter uma idéia, uma reportagem estima que “equivale a 20% do território do Estado de São Paulo”. A mesma matéria duvida da veracidade do número: “Especialistas estimam que a área comprada ou arrendada por estrangeiros seja, pelo menos, três vezes maior.” (O Estado de São Paulo, 16/3) Ainda que misture propriedade com arrendamento, a hipótese aponta para o controle de uma área equivalente a 60% do Estado de São Paulo.

Por que não se têm dados precisos? São 3.224 cartórios no País, sem que haja centralização das informações e sem que estejam sob rigorosa vigilância que controle as falcaturas, a corrupção etc. Há o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil. O Incra o acusa de não enviar informações e esse reclama da desorganização do Incra. Aguarda-se uma publicação do IBGE sobre a desnacionalização (conceito não utilizado pelas instituições burguesas). De qualquer forma, o controle real e preciso não existe e não existirá. O capital tem recursos para burlar as leis. Esse fato, por si só, é suficiente para demonstrar que a burguesia brasileira e seu Estado são vendilhões dos recursos nacionais.

Em fins de março, o agronegócio intimou o governo de Dilma a rever o projeto lei esboçado pela administração de Lula. As multinacionais “Bunge, Cargill e Cosan, preocupadas com os limites impostos a estrangeiros desde agosto do ano passado” bateram na porta do

ministro da Agricultura, Wagner Rossi, para tratar do assunto. Pelo visto, pleiteiam o direito ao uso da terra sem limite, já que lhes é vedada a posse acima da prescrição da lei de 1970.

Um dos interlocutores do agronegócio com o governo é o Sr. Marcus Tavares, que foi ministro do Planejamento de Fernando H. Cardoso, e, hoje, é um executivo da Bunge. Como se vê, os homens de Estado estão vinculados ao grande capital, de uma forma ou de outra.

A compreensão do Sr. Wagner Rossi ao apelo das multinacionais expressa a promiscuidade da relação. O ministro passou a advogar a distinção entre o capital estrangeiro produtivo e o especulativo, como se um e outro não estivessem interligados e se ambos não saqueassem as riquezas nacionais. A debilidade do governo frente aos poderosos grupos econômicos externos e a conivência dos administradores brasileiros advêm da subserviência da classe burguesa perante o imperialismo.

Nem de longe, a retomada da lei decretada pela ditadura de Geisel, que teve traços de nacionalismo militar, representa uma defesa nacional do solo brasileiro e de suas riquezas naturais. Enquanto for lucrativa a posse da terra e sua exploração, as multinacionais vão continuar a penetrar no campo, da mesma forma que penetraram nas bases estruturais do capitalismo no Brasil. A tentativa de limitar o avanço é conjuntural e inócua. As forças econômicas do capitalismo mundial, chefiadas pelas potências, se impõem por cima das nações semicoloniais. Não há como separar a agroindústria nacional da multinacional, o direito de propriedade à burguesia brasileira do da burguesia internacional. O capitalismo no Brasil se constituiu sobre o entrelaçamento do capital nacional com o internacional. E esse se sobrepõe àquele.

O governo procura tão-somente administrar os interesses das frações burguesas, exercendo alguma limitada proteção, como é o caso da lei de 1970. Logo se mostra impotente diante das pressões imperialistas. O vínculo entre a questão da terra e da economia agrária do Brasil com a exploração forânea é estrutural, e não circunstancial, que possa ser contornada por alguma lei restritiva.

Não há como fazer a defesa nacional das riquezas naturais sem que se tomem medidas estruturais contra os interesses do capital internacional. Quais seriam? Expropriação sem indenização de todas as propriedades estrangeiras da terra e de sua indústria, estatizando-as. Esse é o ponto de partida da defesa nacional. Mas a burguesia brasileira não pode fazê-la. Defenderá à morte o direito do capital internacional de drenar as fontes de matérias primas e promover sua agroindústria.

Os camponeses pobres, cuja maioria sobrevive com alguns hectares, têm interesse na expropriação e estatização do capital estrangeiro, caso a medida lhes permita sair da agricultura de subsistência, do sacrifício físico e da pobreza. Mas não podem liderar um movimento nacional antiimperialista, por se tratar de uma classe dispersa no vasto território e isolada pela forma do trabalho individual e familiar.

O programa de expropriação das multinacionais pertence ao proletariado, responsável pela produção social no complexo industrial. Colocar-se perante essa tarefa nacional, é desencadear uma luta não só contra o capital estrangeiro, mas também contra o capital nacional. Vê-se que a tarefa de emancipação do jugo imperialista implica objetivos mais amplos. A classe operária, no momento em que se levantar contra o saque das potências, lutará contra a burguesia de conjunto com o programa da revolução social.

O programa agrário da revolução é o da nacionalização das terras. A luta contra a desnacionalização do campo está condicionada pela estratégia da revolução e ditadura proletária. Sob um governo operário e camponês que cumpra a tarefa de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e que estabeleça a economia planejada, as riquezas naturais deixarão de servir ao capital e passarão a servir à sociedade.

O Incra e o MST sob o governo petista

O Movimento dos Sem Terra (MST), Pastoral da Terra (CPT) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estão interligados, ou guardam uma estreita relação política. As organizações camponesas que concebem uma reforma agrária por meio de desapropriações indenizatórias pelo Estado e assentamentos contam com o Incra para esse objetivo.

Sob o governo de Fernando H. Cardoso, a CPT teve alguma influência nesse braço estatal fincado no campo. Mas foi com Lula que se ampliou a relação dos movimentos com o Incra, principalmente no seu primeiro mandato. MST, CPT e MLST (Movimento de Liberdade dos Sem-Terra) se enfileiraram por trás do PT e de Lula, ajudando-os a alcançar ao poder federal. A constituição de um governo petista seria o instrumento decisivo para avançar a marcha dos assentamentos. Eis sua enorme ilusão!

Sob a administração do PSDB, as organizações camponesas faziam oposição e estavam em constante conflito com FHC. Os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás expressaram a agudização da luta de classes no campo e o mais alto nível de confronto com poderes estatais. O terreno conquistado nessa etapa do movimento foi com ocupações, violentos embates e ataques à política neoliberal de FHC/PSDB/PFL. Já se davam disputas para que o Incra abrigasse representantes da Igreja e movimentos sociais agrários.

Mas a estratégia se concentrava na conquista do poder federal por meio da eleição do caudilho Lula. Assim, o movimento camponês - a reforma agrária, a diretriz de assentamentos e as ocupações - foi dirigido pela meta de constituir um governo dito "democrático e popular", distinto do governo neoliberal. As direções da luta camponesa embolaram a tese de que o obstáculo fundamental à reforma agrária se encontrava no governo das oligarquias, representadas pela aliança PSDB, PFL e PMDB. Substituí-lo por uma nova aliança de esquerda seria a porta de abertura para projetar as conquistas já obtidas. Eis outra enorme ilusão!

A burocracia das organizações camponesas rechaça a premissa marxista de que não haverá a reforma agrária sob o regime burguês e que quaisquer conquistas em seu âmbito dependem do avanço da luta direta e da independência política dos explorados. No final das contas, o MST e demais organizações se comprometeram a fundo com a constituição de um governo de aliança do PT com o PMDB e uma gama de partidos burgueses menores.

Passaram a ter maior influência sobre o Incra. Mas, de fato, colocaram o pescoço do movimento camponês na corda do governo burguês petista. Sacrificaram a independência, conservada sob a administração peessedebista. Lula arrastou o MST pelo cabresto, enquanto dispunha os recursos do Estado para potencializar a agroindústria.

Porta vozes da burguesia, que execraram o Presidente por ter colocado na cabeça o boné do MST nos primeiros flamejos de seu governo, hoje, reconhecem que o caudilho foi um mestre em manobrar e em agir para enfraquecer o movimento camponês. A experiência mostra que o reformismo petista serviu à burguesia como instrumento políti-

co de contenção das lutas pelas reformas. No movimento social urbano se passou o mesmo com a estatização da CUT.

Com ações na forma de pinça, o governo burguês de Lula bloqueou a tendência do movimento camponês de confluir com o movimento operário, que potencializaria as reivindicações e impulsionaria a independência de classe da maioria explorada.

Apesar da constatação de que a colaboração do MST com o governo burguês de Lula não fez senão desarmar a luta camponesa, as suas direções hipotecaram apoio à eleição de Dilma Rousseff. O novo governo não precisou de nenhuma promessa, para arrastá-las. A corda com que Lula enlaçou as direções castro-guevaristas, petistas e religiosas foi cedida por elas mesmas. Trata-se da farsa do governo de esquerda.

É como se diante de Dilma e Serra, da aliança PT/PMDB e da aliança PSDB/DEM, os explorados não tivessem outra saída senão ajudar a eleger um governo mais à esquerda. O resultado não tardou: Dilma se apresentou como defensora da agroindústria, avessa à reforma agrária e disposta a tirar os meios materiais e políticos que o Estado tem oferecido ao MST, para que contenha a luta de classe no campo. As mudanças no Incra são, nesse sentido, as primeiras ações de Dilma.

Uma das alas da esquerda petista que se meteu fundo no aparato do Estado, foi e é a Democracia Socialista (DS), cuja orientação representa o mandelismo no Brasil, ou seja, a política revisionista de Michel Pablo (pablismo), que desintegrou a IV Internacional. Lula entregou o ministério do Desenvolvimento Agrário a Miguel Rosseto, dirigente da DS, depois substituído por Guilherme Cassel, que agora foi sucedido por Afonso Florence - ambos são da DS. Dilma não o queria, apenas por injunção, aceitou a indicação de seu nome.

Mas determinou uma reforma no Incra, de forma a reduzir o máximo a influência dos pretensos trotsquistas, do MST e Pastoral da Terra. Destituuiu o seu presidente, Rolf Hackbart, ligado à Igreja, e o substituiu pelo petista Celso Lacerda. Os pablo-mandelistas, vinculados ao Secretariado Unificado da IV Internacional (SU), cumpriram direitinho as orientações de Lula. Mesmo assim, Dilma não pretende conservá-los com os inúmeros cargos no Incra. A redução, por pouco que seja, da presença dos colaboracionistas da DS, é uma senha de Dilma à burguesia de que não transigirá com o movimento dos sem-terra.

Em novembro de 2003, a DS realizou a 7ª Conferência, que serviu para uma posterior cisão partidária. Uma fração se desprende com a caracterização de que o governo Lula havia se tornado neoliberal e, junto com outros agrupamentos de petistas, formou o PSOL. Despertou tardiamente e encaramujou-se ali mesmo com a política reformista pequeno-burguesa. Destaca-se o fato do prestigiado Plínio de Arruda Sampaio, um socialcristão ligado à reforma agrária, romper com o PT criticando-o por ter abandonado a linha das reformas e juntar-se à constituição do PSOL.

Esse percurso comprova as críticas do POR ao reformismo camponês castro-guevarista-religioso e à adaptação dos revisionistas do trotskismo ao reformismo do PT. Ressalta a importância da caracterização do governo de Lula de burguês pró-grande capital. Confirmam as teses de que se coloca no Brasil a revolução agrária como produto da revolução proletária. E atestam que a tática revolucionária é a que não apenas mobiliza os pobres do campo, mas que também leva à aliança operária e camponesa. É bem provável que as experiências com o governo de Dilma criará novas condições para as lutas operárias e camponesas, portanto para defender e desenvolver o programa de independência dos explorados.

Revolta dos operários de Jirau

O levante dos operários da hidrelétrica, iniciado em 15 de março, trouxe à tona a brutal exploração do trabalho, as condições de vida nos canteiros de obras e dos transportes coletivos, o autoritarismo dos encarregados e os compromissos governamentais do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) com as empresas nacionais e estrangeiras. Expôs a situação miserável dos contratos de trabalho, dos empregos terceirizados e o não cumprimento de direitos trabalhistas por parte das multinacionais Suez e Chesf, da Camargo Corrêa e Odebrecht.

O movimento eclodiu a partir da agressão a um operário pelo condutor do transporte coletivo. Em pouco tempo, a fúria dos 22 mil operários estava por todos lados dentro da obra. O fogo tomou conta dos alojamentos, restaurante, caixa de banco, escritórios, ônibus e carros da chefia. A polícia investiu contra os manifestantes, usando os aparatos da repressão - bombas de gás, balas de borracha etc. Os operários desarmados só tinham como respostas as pedras e os paus. Rapidamente, a Camargo Corrêa exigiu que Dilma e Confúcio Moura interviessem militarmente no conflito. Encurralados e com uma parcela ferida, milhares de trabalhadores foram postos para fora da usina. Uma parte foi para alojamentos improvisados em Ginásio de esportes, boates e clubes. E outra, pegou a passagem de volta para os estados de origem.

As greves nas usinas do Rio Madeira

Iniciada as obras das hidrelétricas, há cerca de 3 anos, instalou-se um conflito permanente entre os mais de 5 mil ribeirinhos que perderam sua fonte de sustento; os operários da usina, boa parte atraídos pela propaganda governamental de empregos formais, e o consórcio construtor da hidrelétrica.

A obra monumental tem à frente a multinacional francesa Suez (50,1%) ; a Eletrosul (20%); a Chesf (20%) e a Camargo Corrêa (9,9%). O empreendimento conta com subsídios do BNDES, com o argumento de fazer parte das obras do PAC.

Depois de protestos dos movimentos sociais contra a destruição do Rio Madeira e de denúncias de impacto ambiental sobre a floresta Amazônica, a obra da usina se agigantou e tem prazo de dois anos para o início das operações. Mas, o consórcio enfrenta diariamente os descontentamentos dos milhares de operários, que vivem a dura exploração do trabalho. Falta tudo. Os alojamentos são precários e insalubres, a comida é ruim, o atendimento médico é moroso, as jornadas de trabalho são longas e os salários irrisórios. Como burros de carga, sob a fiscalização policialesca dos encarregados e da polícia patrimonial, os trabalhadores são tratados como escravos.

Nesse pouco tempo, foram realizados três levantes grevistas. Em setembro de 2009, os operários decretaram greve por tempo indeterminado. Exigiram aumento no piso salarial, que variava entre R\$ 540,00 a R\$ 691,00. As empresas recorreram à Justiça para tornar a greve ilegal, alegando que já havia concedido um reajuste de 8%. O movimento foi suspenso com a promessa do sindicato negociar com os patrões. Mas não saiu nada de concreto. Em junho de 2010, a greve retomou, tendo como reivindicação o reajuste salarial. Os operários reagiram à agressão de um chefe de segurança e começaram a atear fogo. A burocracia sindical se posicionou pelo fim do movimento

e pela negociação. Também nada foi resolvido. Em março de 2011, a revolta dos operários ganhou mais força contra a exploração dos capitalistas. A resposta foi a destruição de tudo aquilo que simbolizava a precarização do trabalho e a repressão.

Como se vê, Jirau nasceu sob os protestos dos ribeirinhos, dos ambientalistas, dos entraves do próprio Ibama que se recusava a emitir as licenças, da demissão realizada por Lula de diretores do órgão para conseguir os documentos e em meio à licitação falaciosa que deu ganho de causa à multinacional. Seu pequeno período de existência foi suficiente para que o proletariado mostrasse sua força social contra a exploração do trabalho.

Campanha ideológica contra o movimento

Os capitalistas, a grande imprensa, os politiquinhos e uma parcela de comerciantes procuram desmoralizar a revolta em Jirau. Uma campanha de que são “baderneiros, vagabundos, que não valorizam os que têm, botam fogo sem dialogar, que não havia motivo porque a empresa estava cumprindo com o acordo salarial, que a refeição era acompanhada de sobremesa, que tinha gente lá no meio do “fervo” e agora está dando entrevista com cara de coitado e que a cidade poderia correr perigo com esse amontoado de gente”. Chegou-se ao ponto de lojistas fecharem as portas temendo o saque no comércio.

O objetivo é evitar a empatia da população de Porto Velho para com a luta dos operários. A desmoralização e o terror fazem parte da criminalização dos movimentos sociais. O governo dá as mãos às empresas exploradoras, contém a revolta por meio da intervenção militar e alimenta a campanha mentirosa dos defensores da propriedade privada dos meios de produção.

A imprensa, divulgadora da campanha, aproveitou o fato para supostamente entrevistar um ou outro operário e colher calúnias contra a revolta de Jirau. Diz “os operários de Jirau estão relaxando com a sessão de Tropa de Elite 2”; “aqui tem campo de futebol, DVD e ar condicionado”; “a empresa dava ônibus pra fazer compra na Bolívia”; “quem botou fogo lá vai pra casa comer ovo” etc. Quer fazer crer que o movimento é de uma minoria “encapuzada” na usina.

Os trabalhadores e a juventude oprimida devem combater as mentiras e defender a luta dos operários. Sair às ruas em apoio ao combate de milhares de operários que vivem a escravidão assalariada.

As negociações

Após a retirada dos operários da usina, formou-se uma comissão constituída pelo secretário nacional de finanças da CUT, Wagner Freitas, pelo Sindicato dos Trabalhadores Civis de Rondônia e por alguns operários escolhidos em assembleia. A negociação envolve as usinas de Jirau e Santo Antônio, ambas no Rio Madeira. A pauta de reivindicações inclui aumento do piso salarial, segurança, melhorias na alimentação e alojamentos, plano de saúde extensivo aos familiares e passagens aéreas a cada 90 dias para a visita da família. As exigências foram apresentadas na audiência com o Ministério do Trabalho e a empresa. Até agora não saiu da intenção.

Por outro lado, o governo Dilma convocou para o dia 29 uma reunião com as Centrais Sindicais e as empresas envolvidas nas obras do PAC, entre elas a Jirau e Santo Antônio. O objetivo do governo é usar as Centrais para fazer um pacto entre as empresas e as Centrais para evitar novos conflitos, como o ocorrido em 15 de março em Jirau. Trata-se de firmar um compromisso com a burocracia sindical para que o PAC siga em frente. Isso porque já são 100 mil operários paralisados em obras do PAC, como Suape (PE), Pecém (CE) e as usinas de Jirau e Santo Antônio.

O presidente da CUT, Arthur Henrique, desabafou dizendo que as obras recebem financiamento e subsídios do governo, mas não há contrapartida desses empréstimos públicos. Como se não soubesse que são as multinacionais e o grande capital que sangram os cofres públicos, exploram a mão de obra barata e impõem os acordos de precarização do trabalho. Como se o governo de Dilma, apoiado pela CUT, não fosse responsável direto pela situação de barbárie imposta aos operários.

Regional do POR, de Rondônia

O levante dos operários de Jirau preocupa os empresários das usinas, burocratas do estado e sindicais

Assim que chegou a ameaça de presença da força nacional de repressão do governo federal para conter a luta dos operários, o sindicato, em colaboração com a burocracia das usinas, tratou logo de alojá-los em vários locais da cidade de Porto Velho: ginásio do Serviço Social das Indústrias – Sesi e até em casas de diversão - Nautilus, e Caipirão. Até mesmo transportar todos os trabalhadores a seus estados de origem.

Não faltou nesse momento a presença imediata da burocracia do Estado que comparece para obscurecer a gravidade do problema. Reuniram na tarde do dia 18 de março com trabalhadores da Usina de Jirau e dirigentes sindicais e representantes do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO) e Ministério Público do Trabalho (MPT). Eles foram convidados pelos MPs para expor os acontecimentos recentes na hidrelétrica, bem como informar a situação dos que estão na sede do município de Porto Velho e dos que permanecem no canteiro de obras.

Após a reunião, os MPs definiram quatro linhas de ação conjunta que serão encaminhadas aos empregadores da hidrelétrica: garantia de alojamento e alimentação dignos e decentes para os trabalhadores que permanecerem em Porto Velho; retorno adequado e o mais rápido possível dos trabalhadores para seus lares; garantia dos direitos trabalhistas; ressarcimento de bens e pertences pessoais dos trabalhadores perdidos nos incidentes.

Os operários tinham motivos de sobra para se rebelarem

Os motivos para revolta dos operários vinham se avolumando e eram de sobra. Nas denúncias que os operários têm feito aos retalhos, por falta de ação das lideranças sindicais,

Reunião com o governo Dilma

Participaram do encontro com o Ministro, Gilberto Carvalho, a CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, NCST e Conlutas. Também fez parte a Camargo Corrêa. Os sindicalistas expuseram a precariedade dos contratos de trabalho e das condições nos canteiros de obras do PAC. Os empresários retrucaram as informações dos dirigentes sindicais.

A única proposta apresentada pelo governo foi a de marcar uma nova data de reunião para o dia 31. Agora, mais formalizada. Com representantes dos três setores (governo, empresa, sindicalistas). Formou-se, assim, uma “Comissão Nacional Permanente”. Para a CUT, trata-se do primeiro passo para “construir um acordo nacional” sobre as obras do PAC. Certamente, o governo e os empresários querem que os sindicalistas controlem a revolta dos operários para que os empreendimentos sejam concluídos, o mais rápido possível.

destacam-se casos em que, se operário perdesse crachá, não tinha direito de entrar no refeitório. As lideranças do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Rondônia (Sticcero) comparecem depois de todas as atrocidades enfrentadas pelos operários e relataram que havia crescente clima de insatisfação dos trabalhadores de Jirau com a empresa Camargo Corrêa por causa dos critérios de divisão da Participação nos Lucros (PL), realizada no final do ano, existência de violência física, atribuída aos funcionários da Camargo Corrêa; ocorrência de vencimento de “baixadas” (folgas de campo concedidas aos operários pela empresa a cada quatro meses de trabalho) e prática de preços exorbitantes dos produtos oferecidos aos trabalhadores pela empresa Camargo Corrêa, instalações inadequadas nos alojamentos e abusos das empresas terceirizadas.

Cadê a defesa dos Operários pela Central Única dos Trabalhadores e a defesa do Sticcero?

Que silêncio hein? Só comparecem como mestres das obras prontas. Depois que os operários agem instintivamente, comparecem entre os operários como pretensos defensores dos trabalhadores e fazem coro do óbvio para agradar a opinião pública. Estes catadores de voto... É! Precisam mesmo ser percebidos no seio da luta de 22 mil operários da usina Jirau do rio Madeira em Porto Velho, que pararam a maior obra do PAC do país sem apoio do seu sindicato. Os operários da Usina Santo Antonio pararam também no dia 18 de março por indicação dos próprios burocratas da usina. Os burocratas temiam que eles se rebelassem a exemplo dos operários da usina de Jirau, pois enfrentam os mesmos problemas.

O descaramento dos pretensos defensores dos operários chega a tal ponto que declararam à imprensa o seguinte

texto, para não se dizer do seu absoluto silêncio: “O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (STICC-CERO) vem a público manifestar sua preocupação com a grave situação ocorrida na Usina de Jirau nesta semana, que resultou em violência e depredação. O STICC-CERO esclarece que os fatos ocorridos não resultaram de uma ação sindical e trabalhista, até porque o Sindicato e os trabalhadores sempre atuaram de forma organizada e pacífica para conquistar e ampliar os direitos da categoria. O Sindicato estará atuando junto às empresas e autoridades visando garantir salários, manutenção de empregos e o retorno temporário de trabalhadores aos seus locais de origem; bem como, a retomada da obra tão logo sejam garantidas condições adequadas de segurança e trabalho” (Porto Velho-RO, 18 de março de 2011).

No dia 21 de março, os capitalistas tinham a proposta de retomarem as obras, mesmo com os operários reivindicando

férias coletivas de 30 dias para todos. Porém, no dia seguinte, na de Santo Antonio, os patrões foram obrigados a suspender novamente a obra após uma manifestação dos operários. No dia da manifestação quatro estudantes da Universidade Federal da Rondônia que estiveram na entrada do canteiro de obras foram agredidos por encarregados da usina, por estarem distribuindo manifestos em defesa dos operários.

Agora, segundo a avaliação da burocracia do estado, cautelosa com a segurança dos burocratas e chefes das usinas, espera-se recuperar as instalações e as obras para se retomarem as atividades. Os operários que continuam na capital em hotéis, alojamentos e outras formas de abrigo temem não garantir o seu retorno aos postos de trabalho.

Vejam companheiros, que lição de capacidade e de força de luta dos operários, embora de forma instintiva (ausência do partido revolucionário).

Burocracia da CUT divulga resolução política

Nos dias 24 e 25 de março, a direção nacional da CUT aprovou um conjunto de medidas a ser encaminhadas ao governo Dilma e ao Congresso Nacional. No dia anterior, fez parte da comitiva de sindicalistas (400) que foi exigir uma reunião com o governo. Conseguiu que o Ministro Gilberto Carvalho marcasse um encontro com as Centrais, que foi realizado no dia 29. Depois desse feito, a burocracia sindical aprovou a resolução.

Trata-se da política burguesa para os trabalhadores. Nada tem a ver com as necessidades reais da classe operária, camponesa e demais oprimidos. Eis seus principais pontos:

1. Que o “governo federal encaminhe ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que institua a contribuição negocial e acabe com o imposto sindical”.

Portanto, os burocratas querem esfoliar mais ainda os trabalhadores. O imposto sindical e a taxa negocial são instrumentos para arrancar dinheiro e encher os cofres dos sindicatos. Evita-se, assim, as campanhas em favor da sindicalização. O Brasil tem quase 20 mil sindicatos e uma dezena de Centrais, a grande maioria é mantida com o desconto compulsório do salário de todos os trabalhadores. Os operários e os explorados em geral devem rejeitar essa resolução e defender que os sindicatos e centrais sejam mantidos pela contribuição voluntária dos filiados.

2. “Construir alianças com outras orga-

nizações da sociedade civil e pressionar o governo e o Parlamento para aprofundar o debate com a participação dos trabalhadores e aprovar uma legislação tributária mais justa”. A reforma tributária é uma bandeira de setores industriais da burguesia.

Os dirigentes da CUT defendem que os explorados paguem impostos. Mas que o governo reconheça que os ricos devem pagar mais do que os pobres. Querem fazer uma aliança com a chamada “sociedade civil” (todas as classes) e pretendem ser também protagonistas da reforma tributária. Assim, propõem um acordo entre governo, burocratas e capitalistas para elaborar uma “legislação mais justa”. Como se fosse possível a justiça numa sociedade onde uma minoria explora a maioria. Rechaçamos que a CUT assuma as disputas interburguesas e faça da reforma tributária uma tarefa do movimento operário. A bandeira dos explorados é: que apenas a burguesia pague impostos; salário mínimo vital com escala móvel de reajuste.

3. Delibera que “as Estaduais da CUT e as entidades filiadas organizem mobilizações durante o mês de abril, para apresentar e discutir a pauta cutista junto aos governos estaduais e municipais, às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores”.

Orientam os dirigentes sindicais para que façam o que a nacional está fazendo em Brasília. Deixem de lado as assembleias de base, as mobilizações e

os enfrentamentos com os governantes para correr atrás de deputado, governador e prefeito. Está aí por que dizemos que a burocracia fez da CUT e de seus sindicatos instrumentos de conciliação de classes. A tarefa é rejeitar a via do “diálogo”, da “colaboração” e aprovar o caminho da luta direta contra os patrões e seus governos.

Hipocrisia deslavada

A CUT apóia o governo, vive do dinheiro do FAT e do imposto sindical e depende dos cargos nos conselhos e empresas estatais. Seus dirigentes usam sindicalismo como trampolim para alcançar o Parlamento. Como burocratas, assumem a política burguesa e se encarregam de propagandear-la no seio do proletariado. São obstáculos para o avanço da luta de classes.

Veja a que ponto chega tamanha hipocrisia. Na reunião, a direção nacional reafirmou: “A CUT defende que a classe trabalhadora se organize com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos. São os trabalhadores que devem decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação financeira”.

Está aí por que os trabalhadores devem levar um combate para expulsar os burocratas vendidos dos sindicatos e das centrais. A burocratização e a estatização dos organismos dos trabalhadores são obstáculo à independência política e organizativa do proletariado e das massas exploradas.

BAHIA

Servidores Federais do DNPM contra perseguições de servidores do órgão em São Paulo

Nesta semana, servidores federais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Bahia, bem como de outros estados, reuniram-se para discutir e tomar medidas contra as ameaças, perseguições, autoritarismo e truculência do burocrata dirigente do órgão no Estado de São Paulo, o Sr. Enzo Luís Nico Júnior. O DNPM é o órgão da burocracia estatal responsável pela arrecadação e fiscalização da atividade minerária no país. Após a sua quase extinção durante o governo Collor, o órgão permaneceu sob os governos posteriores às custas do sucateamento de sua estrutura, dilapidação das condições de serviço e avanço da precarização do trabalho pela terceirização, que já preenche, em algumas superintendências, um quantitativo de funcionários maior que o número de servidores administrativos.

As mobilizações e greves durante a década de 90 (período FHC) e a organização dos servidores em torno de suas associações e sindicatos foram arrefecidas tão logo a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2003 e a transformação dos militantes em gestores da máquina pública e dos negócios do Estado burguês. Enfraquecidas, as entidades representativas dos servidores passaram anos sem realização de greves e estes dividiram-se em torno dos sindicatos que se limitavam, quando muito, a oferecer pacotes de serviços médicos e advocatícios, desmobilizando as categorias quanto ao combate às reformas neoliberais dos dois governos de Lula, a sua política salarial rebaixada e as péssimas condições de trabalho. Sob o quadro atual de desmobilização e divisão, os servidores, enquanto apalpm às escuras a proposta do governo de transformação do órgão em agência reguladora, estão sendo obrigados a reagir diante dos desmandos e truculência, comandados pelo Sr. Enzo Luís Nico Júnior. Desde o início de sua gestão, o burocrata, apadrinhado político de um dos figurões do PT, ameaça os servidores com intimidações, assédio moral, agressão verbal, vigilância e perseguição.

A partir de fevereiro deste ano, os servidores da Superintendência de São Paulo iniciaram uma articulação nacional junto à Associação Nacional dos Servidores do DNPM (ANSDNPM), ao SINDSEF - SP e ao lado de demais órgãos e autarquias federais (Ibama, DNIT, INCRA, entre outros) em defesa de suas condições de trabalho. Isso, destacamos, depois de anos de desmobilização. Após reunião conjunta entre servidores, representantes da ANSDNPM, SINDSEF-SP e Direção Geral do DNPM, nos dias 22 e 23 de fevereiro, decidiu-se por iniciar mobilização local e nacional pela exoneração imediata do Sr. Enzo Luís Nico Júnior. Houve uma adesão maciça dos servidores à mobilização, mesmo entre aqueles que ocupavam funções comissionadas (9 entre 11 comissionados puseram os seus cargos à disposição em protesto contra o dirigente). No dia 17 de março, houve uma manifestação dos servidores em São Paulo, com o apoio de servidores de demais órgãos e manifestações da ASSINCRA -SP (Associação dos Servidores do INCRA - SP), da ANSDNPM e com o lançamento de Carta



Aberta pelo SINDSEF-SP.

Os servidores e a Associação acordaram com o Chefe de Gabinete da direção-geral do DNPM a exoneração do superintendente até o dia 28 de março, o que não foi cumprindo. O Sr. Enzo entrou em férias em clara manobra política, para sair em busca de apoio ante os seus padrinhos em Brasília e retornou ao órgão, ainda em gozo de férias. Na manhã do dia 30 de março, expulsou o superintendente em exercício do gabinete, ameaçando requisitar o auxílio da Polícia Federal. Os servidores imediatamente deixaram o prédio em protesto e iniciaram uma manifestação na entrada da Superintendência, solicitando o apoio de todas as demais unidades do DNPM no país e cobrando da Direção Geral e do Ministro de Minas e Energia, o peemedebista Edison Lobão, a exoneração do burocrata. A ação dos servidores permanece no nível de reação contra a truculência do burocrata. Os trabalhadores ainda não despertaram para a consciência de que esse burocrata, juntamente com os órgãos superiores da administração, são parte do Estado burguês, que defende os interesses da burguesia em seu conjunto e, portanto, mantém a propriedade privada e a exploração de classe do proletariado e demais explorados.

Na tarde do dia 30 de março, os servidores da Sede do DNPM em Brasília aderiram à manifestação e deixaram os seus trabalhos. Os servidores da Bahia realizaram Assembleia Extraordinária declarando apoio à manifestação, repúdio às atitudes do superintendente e apresentando o indicativo de paralisação geral do órgão em todo país até a sua exoneração. Apesar da apatia que ronda a organização dos servidores e demais trabalhadores no país, os servidores do DNPM têm demonstrado força e união em torno de suas causas e da defesa de suas condições de trabalho. Resta ultrapassar a luta imediata corporativista e salarial, caracterizar definitivamente o Estado burguês e seu papel na exploração de classe, posicionar contra ele, seu parlamento e seu governo de plantão, apropriar de um programa que defenda não só as nossas reivindicações mais elementares, mas que fortaleça a luta dos trabalhadores e demais explorados em seu conjunto na luta pela derrubada do sistema capitalista e da classe burguesa.

Polícia de Jaques Wagner (PT) reprime população pobre e ocupa bairros

O governador da Bahia Jaques Wagner (PT) segue os passos do governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral do PMDB. Esta semana, ordenou as primeiras ocupações pela polícia de comunidades de Salvador, sob o argumento, muito difundido nos meios de comunicação da burguesia e pela pequena burguesia amedrontada, de que é necessário dar um basta na violência e no tráfico de drogas, cujo centro seriam favelas, cortiços e bairros.

Denunciamos em várias oportunidades o caráter burguês do governo do PT, que na sua essência mantém a propriedade privada dos meios de produção. Portanto, atende aos interesses gerais dos capitalistas locais, do capital internacional, que penetra no estado da Bahia pela via do agronegócio. Na crise, protegeu os capitais através de subsídios e uma série de medidas de drenagem de dinheiro público para os burgueses. Por isso, controla ferreamente os movimentos sociais e as organizações que dirigem, seja diretamente (por meio do PT e correntes internas), seja através de sua base de apoio, como centrais e movimentos, que conta com a influência do PCdoB.

Também denunciamos a truculência com que age a polícia na Bahia, que não só criminaliza os movimentos sociais, vigia manifestações, atos e passeatas dos trabalhadores e estudantes, como também reprime e mata constantemente jovens e demais pessoas da população pobre das favelas e cortiços. A população negra e pobre é a mais atingida e carrega nas suas costas todos os preconcei-



tos de uma sociedade de classe, baseada na propriedade privada, na exploração do trabalho assalariado e na miséria das massas. Cotidianamente, a polícia entra nas comunidades causando um verdadeiro terror contra a população, que se vê surpreendida nas madrugadas com a ação da polícia, derrubando as portas, entrando nas casas, amedrontando os jovens, procurando associar-lhes ao tráfico de drogas e à violência. Os verdadeiros responsáveis pelo tráfico e pela violência - a burguesia narcotraficante e os que a protegem no seio da política e do Estado - ficam imunes à ação da polícia. A juventude pobre, desempregada, sem acesso à educação, à técnica e à ciência, paga com a vida por sua situação de miséria e opressão.

Desde terça-feira (29/03), a polícia ocupa dois bairros de Salvador, Altos das Bombas e Calabar, com o argumento de combate à violência e tráfico de drogas. Pretende implantar a primeira UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). Na semana anterior, a polícia já havia entrado com centenas de homens na região do Nordeste de Amaralina, também em Salvador. Na verdade, de um lado, há in-

teresse em manter essas regiões sob controle e vigilância tendo em vista a aproximação da Copa do Mundo. Salvador será uma de suas sedes. Assim, o governo petista quer passar uma aparência de cidade ordeira e pacífica para os turistas, à custa de repressão à população pobre. De outro, há interesse de grupos econômicos de explorar esses bairros densamente povoados.

Os revolucionários devem denunciar a situação de pobreza e miséria das massas populares e a repressão do Estado, como é o caso do PT em Salvador e do PMDB no Rio de Janeiro. A violência contra a população pobre, certamente, será seguida por outros governadores, igualmente ocultando as raízes da exploração de classe. A direção do PT mancha com sangue da juventude e dos trabalhadores a sua história de integração ao Estado burguês. As correntes internas do PT, que se dizem de esquerda e revolucionárias, entre elas O Trabalho, mancham o marxismo, adaptando-se aos governos petistas e à burocracia sindical da CUT, que sob a mesma política de colaboração de classe servem aos interesses da classe capitalista.

Sinpeem - SP

Convenção e formação da chapa da Oposição Unificada

A Convenção se realizou no sábado dia 26 de março. Contou com as correntes políticas que se reivindicam de oposição, PSTU, PSOL, POR, agrupamentos sindicais como "Unidos pra Lutar" e independentes. As diferenças entre esses setores estiverem presentes desde a formação da comissão organizadora até na convocação da Convenção. Um acordo entre a Conlutas e Intersindical (PSTU e PSOL) determinou a forma de discussão do programa e o método de composição da chapa. A Convenção votou os pontos divergentes do programa, mas não foi soberana para votação dos nomes que comporiam a chapa. Prevaleceu o critério acordo entre PSTU e PSOL de proporcionalidade sobre a base das eleições para o Conselho de Representantes. Esse erro foi criticado pelo POR, que defendeu a soberania da convenção e a proporcionalidade direta. Essa posição foi submetida a voto, vencendo o acordo prévio.

O POR submeteu à Convenção a proposta de direito de apresentar aos professores as divergências, que foi votada por unanimidade. Assim, se integrou a chapa. É fundamental um balanço dos acontecimentos para que as lições seja extraídas dessa experiência frentista nas eleições do sindicato dos trabalhadores municipais de São Paulo.

1. Sindicato controlado pelo caudilho

A corrente "Compromisso e Luta", Cláudio Fonseca, dirige o Sinpeem. Como caudilho, comparece perante os trabalhadores da educação como "um bom negociador", como o dirigente que "obtem vitórias" e outras designações da mesma natureza. Na verdade, reforça a despolitização e a ideologia burguesa de que trabalhador não precisa ir à luta, basta apenas eleger seus representantes.

Cláudio Fonseca foi formado na escola do estalinismo. Pertenceu ao PCdoB e, por divergências aparelhistas e eleitorais, se integrou ao PPS. Como vereador e presidente do sindicato pôde fazer do sindicato um instrumento da política burguesa. Constituiu uma camarilha que há anos se apossaram do Sinpeem e impedem que setores oposicionistas se manifestem livremente nas assembleias, congressos e mesmo em reuniões da direção do sindicato.

O longo reinado do caudilho se deve, também, ao retrocesso político imposto pelo sindicalismo “propositivo” e de “conciliação”, no qual faz parte a grande maioria dos sindicatos.

O objetivo da chapa Oposição Unificada é o de combater o burocratismo e o autoritarismo dessa cúpula dirigente, reunindo a parcela descontente em torno do programa de independência política do sindicato frente ao governo e aos partidos da ordem capitalista.

2. Permanecem os erros

Quando se aproximam as eleições sindicais, as correntes de oposição correm atrás dos prejuízos. A chapa da Oposição Unificada fez parte da gestão que se encerra. Criticou o autoritarismo de Cláudio Fonseca de exclusão do setor minoritário da direção do sindicato. Mas não foi capaz de desenvolver um trabalho de base que pudesse denunciar o sindicalismo aparelhista e as manobras do caudilho. Não constituiu um pólo classista que pudesse expressar o descontentamento de uma parcela de trabalhadores da educação. O resultado dessa política foi expresso nas assembleias, nos congressos e na convenção de 26 de março. A pouca presença de base e as limitações no debate de posições políticas pesaram na convenção, tornando-a um instrumento formal e não de luta contra o peleguismo da chapa oficial.

Desde a comissão organizadora da convenção, os problemas de método e os traços do sindicalismo burocrático ganharam força. As duas correntes majoritárias, PSOL e PSTU, se concentraram em apagar as arestas provenientes do Conclat que não unificou a Conlutas com a Intersindical. O PSOL exigia a maioria da chapa, incluindo a sua “cabeça”. O PSTU barganhava um acordo que envolvesse a eleição do Sinpeem e da Apeoesp. O resultado foi a submissão do PSTU ao PSOL, sob a base da eleição burocrática do Conselho de Representantes, sob o auspício do caudilho Cláudio Fonseca. Para as duas correntes, a Convenção serviria apenas para referendar o acordo prévio. Está aí por que não houve empenho de trazer para o debate a militância de base.

3. Debate fraco sobre o programa

A organização da convenção determinou o debate fragmentado do programa. Depois da intervenção dos partidos e agrupamentos, o POR fez um encaminhamento de que as correntes tivessem um tempo para expor os principais pontos de seus programas. O objetivo era apresentar a essência dos programas e, em seguida, levantar as questões divergentes. Mas o plenário rejeitou a proposta. Prevaleceu os pontos acordados entre o PSOL, PSTU e Unidos. Por meio de um telão, os presentes podiam fazer destaques para a discussão. A maioria dos destaques foi feita pelo POR. Os proponentes tiveram 5 minutos para defender todos os destaques levantados no bloco (conjuntura, sindical, educacional, funcional). O que dificultou as intervenções e desfocou as diferenças.

No bloco da conjuntura, a discussão se deu: a) em torno das bandeiras “Fora o intervencionismo imperialista, Fora Kadafi, apresentado pelo PSTU. O POR se opôs defendendo que no momento

era preciso combater o intervencionismo militar da coalizão imperialista e que somente o povo líbio poderá derrubar seu ditador. A manutenção do texto (“nenhuma intervenção do imperialismo contra o povo líbio e demais povos árabes, pela autodeterminação dos povos”) obteve 36 votos e contra 22 do PSTU e Unidos; b) “Oposição de esquerda aos governos neoliberais”, pelo PSOL, PSTU e Unidos. E “Oposição revolucionária ao governo Dilma”. O POR destacou que a bandeira de oposição de esquerda é eleitoralista e a de oposição revolucionária significa a luta nas ruas para impor as reivindicações dos explorados contra os governos burgueses, incluindo o do PT/PMDB. Venceu a primeira; c) “Em defesa do aumento real do salário mínimo, rumo ao valor estipulado pelo Dieese” e “Salário mínimo vital e escala móvel de reajuste”. A reivindicação do POR teve os votos da corrente e de alguns independentes.

Na parte sindical, a polêmica se deu em torno da “Ruptura do sinpeem com a CUT, plebiscito na base para decidir a desfiliação da CUT” contra “Combater a burocratização e estatização dos sindicatos e centrais, constituindo as frações revolucionárias e defendendo uma única central sob a base do programa da classe operária”. O PSTU e a Unidos intervieram em favor da primeira e o POR pela segunda. O representante da “Refundação Comunista” colocou-se pela necessidade de um Enclate dos trabalhadores, mas teve somente seu voto. Com três votos de abstenção, a maioria votou pela ruptura.

No ponto funcional e educacional, a discussão foi sobre o concurso ou a imediata efetivação de todos os contratados. A maioria se posicionou pelo concurso, portanto contra a proposta do POR de efetivação de todos que já trabalham na rede, incluindo os terceirizados. As demais propostas de sistema único de ensino, estatização de toda rede privada e escola vinculada à produção social foram rejeitadas na medida em que se aprovou o texto-guia.

Por fim, foi discutido o problema da discriminação da mulher. O PSTU e PSOL defenderam “direitos políticos, civis e trabalhistas para as mulheres, negros e homossexuais (...). Aplicação da Lei Maria da Penha”. O POR e a Unidos se posicionaram pelo fim de toda a discriminação e pela estratégia de que somente com o fim da sociedade de classes será possível erradicar a discriminação. A primeira obteve 40 votos; a segunda, 16 e abstenções 5.

Como se vê, a discussão do programa foi fragmentada. O PSTU não se empenhou em expor suas divergências, porque o acordo com o PSOL já pressupunha os pontos do programa. Como se tratava de uma plenária de correntes, o debate se resumia em marcar posições. O POR, através de um manifesto, divulgará suas posições divergentes.

4. Composição da chapa

A mesa apresentou a composição. O PSOL, 17; PSTU, 13; Unidos, 4 e POR, 1. O POR se manifestou contra o critério e defendeu que os nomes fossem referendados pela convenção, sob a base da proporcionalidade direta. Mas prevaleceu o acordo de composição.

O POR fez uma declaração sobre esse grave problema de método. Permaneceu na chapa, com o objetivo de avançar a luta contra a burocratização do sindicato e pela defesa da democracia sindical.

Os independentes e o representante da Liga Proletária (Mauá) se recusaram a travar o debate sobre o programa. Limitaram a votar em algumas posições do POR. No final, os independentes saíram sem nenhuma declaração e Mauá fez uma declaração de não se integrar a chapa oposicionista.

Nesta edição:

- Defender a nação oprimida contra os colonialistas!
- A posição da LIT/PSTU sobre a Líbia
- PCO – delírio sobre a Líbia
- Como caracterizar a revolução na Tunísia
- Referendo no Egito – Reflexo do golpe palaciano

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Líbia – um novo Iraque, um novo Afeganistão

O imperialismo impulsiona as tendências bélicas do capitalismo em crise Defender a nação oprimida contra os colonialistas!

Os comandantes do ataque à Líbia consideram que a Força Aérea do País já não mais existe. “Tiramos seus olhos e seus ouvidos” – é o que diz o general inglês Greg Bagwell. O grasnido da ave rapina indica a certeza imperial de que a capacidade de defesa de Kadafi foi liquidada e de que já não há nenhum perigo para os aviões dos invasores.

De fato, a velha Força Aérea, como de resto todo armamento da Líbia, não passa de sucata comprada a preço de ouro da indústria comandada pelas potências. Nenhum país semicolonial tem como constituir uma defesa minimamente resistente aos armamentos suntuosamente chamados de última geração.

Desde a 1ª Guerra Mundial, e, sobretudo, na 2ª Guerra, as potências agigantaram a produção de armas. A Alemanha se destacou, até a sua esmagadora derrota em 1945. O mesmo se passou com o Japão. Os Estados Unidos tomaram a dianteira da Europa arrasada e do Japão esmagado. Nunca o imperialismo alcançou tamanha capacidade de destruição como agora. E também nunca houve uma hegemonia de uma potência como a alcançada pela burguesia americana no pós-guerra.

A ex-União Soviética, submetida à política nacionalista de Josef Stálin, procurou trilhar o caminho da competição armamentista. Chegou a ter uma considerável capacidade de defesa. Mas para sua estreita economia, cercada pelo capitalismo mundial, se constituiu em pesado fardo, contraditório com as necessidades de desenvolvimento socialista das forças produtivas e impossível de sustentá-lo. Hoje, a Rússia restauracionista comparece como uma nação de capitalismo decadente. A China, por sua vez, não chegou a ter um poderio militar comparável a qualquer uma das potências. Vem dinamizando sua indústria bélica sob as novas condições abertas pela restauração e por sua projeção econômica.

Rússia e China têm claro que a decisão de derrubar o governo de Kadafi desde o exterior é mais uma ofensiva das potências em uma situação em que se alimentam as tendências bélicas do capitalismo mundial. No entanto, comportam-se como impotentes observadores e comentaristas dos excessos que comprometem a soberania de um país. Não obstante, o expansionismo e o fortalecimento da coligação imperialista acabará, no futuro, por se

converter em confronto com a Rússia e China.

A tríade - Estados Unidos, Inglaterra e França - formou a cruzada anti-Kadafi. Alemanha que pousou de neutra na ONU serve de base para os Estados Unidos. A Itália que teve a Líbia como possessão idem. O Japão se encontra mergulhado na crise econômica, agravada neste momento pelo tsunami.

Não haveria o cerco militar à Líbia caso não fosse uma decisão dos Estados Unidos. Lembremos que George W. Bush desconheceu o Conselho de Segurança da ONU em sua decisão de ocupar o Iraque. Desta vez, Obama se pautou pelo “multilateralismo”. Com dois países invadidos e não “pacificados” pelo intervencionismo, não era conveniente tomar isoladamente a dianteira. Os Estados Unidos permitiram que a França o fizesse, mas apenas como iniciativa política. Com a cobertura européia, os navios e os aviões americanos dariam as ordens e comandariam a orquestra.

Os motivos alegados pelo imperialismo americano em suas guerras no Iraque e Afeganistão, em parte, são distintos, mas no fundamental são os mesmos. Há necessidade imperiosa dos Estados Unidos manterem sua hegemonia em situação de declínio econômico. O Irã, no caso, deveria e deve pagar seu tributo. A resistência do regime nacionalista é motivo de guerra. A Líbia faz parte desse processo. Mas a eclosão da guerra civil a antecipou em relação ao Irã. Esse, sim, é o objetivo estratégico com o qual se preparava um conflito muito mais complicado e amplo que o do vizinho Iraque.

A necessidade de intervenção na Líbia se colocou inesperadamente. Kadafi havia se tornado um bom déspota. Entre o regime democrático burguês e o ditatorial, o imperialismo fica com o que melhor o serve. Não faz senão seguir a lei histórica da dominação do capital financeiro. Kadafi não o servia como nacionalista. Mas, sob o cerco cerrado das potências e do isolamento árabe, Kadafi mudou. As burguesias européia e americana estavam satisfeitas com o servilismo do clã que mantinha a disciplina das classes sociais e das nacionalidades tribais sob a forma do poder despótico.

Um choque prolongado nesse país do Norte da África desvia os planos traçados para o Irã. Traz o risco de fragmentar as forças da oligarquia árabe, cuja unidade pró-imperialismo, principal-

mente, pró-Estados Unidos, é fundamental para uma guerra contra o Irã. Há um agravante da crise na Líbia ser parte do levante das massas árabes no Norte da África e no Oriente Médio.

Não há maior problema para o imperialismo do que as insurreições revolucionárias contra as monarquias e as ditaduras antinacionais e antipopulares. Sob a emergência dos explorados, mesmo que não conclua com revoluções sociais, mesmo que não imponha transformações democráticas radicais, pode obrigar um reordenamento das forças burguesas e pequeno-burguesas desfavoráveis à disciplina imperial em toda a região. Eis por que o melhor seria que não ocorresse uma guerra civil em meio a esse tumulto generalizado.

Caso Kadafi deixasse o poder sem resistência às ordens dos Estados Unidos – a exemplo da Tunísia e do Egito –, o controle da onda revolucionária seguiria o caminho configurado. Está aí por que a Líbia se tornou um obstáculo à política do imperialismo. As potências se viram compelidas a passar do método político preponderante para o método militar.

Os Estados Unidos poderiam fechar os olhos para os fuzilamentos de insurgentes em Benghazi. Não o fez porque havia desfraldado a bandeira de solução pacífica dos levantes. E Kadafi representa uma ditadura adaptada ao Ocidente (potências), porém não completamente domada. Carrega a herança do nacionalismo e do uso do terrorismo. É mais fácil acobertar a monarquia sangrenta da Arábia Saudita. Kadafi descumpriu a ordem do Presidente dos Estados Unidos de parar com as mortes e entregar o poder. Esse ultimato foi defendido em conjunto pelas potências. Finalmente, tornou-se imperativo para os Estados Unidos arrancar Kadafi do poder, vivo ou morto. A fração capitalista vinculada à indústria bélica certamente usou de sua poderosa influência para que a tríade movimentasse a máquina bélica. A intervenção na Líbia, afinal, é um problema a mais para o colonialismo imperialista.

Assim que começaram os bombardeios, a tríade se deparou com a questão da hegemonia. A França tomou a dianteira dos ataques. Não era para ser assim. O comando natural é das Forças Armadas americanas. O que parecia um distúrbio de coordenação, no quinto dia da operação, expressou divergências. A França não podia agir com independência à estratégia do Pentágono. Obama havia deixado claro que o ataque à Líbia seria de responsabilidade conjunta quanto ao envio de armamentos e de homens, bem como quanto aos gastos. Mas não quanto ao comando.

Não era e não é do interesse da Casa Branca se destacar como o ocupante da Líbia que esmagou a resistência de Kadafi. Em outras palavras, não pretende sozinho empapar em sangue líbio sua bandeira de democracia e de direitos humanos. Já tem sido muito difícil carregá-la de tão tingida que está pelas mortes de iraquianos e afegãos – os mais visíveis. Também não pretende que a invasão apareça como uma causa americana, quanto mais universal, melhor. E, finalmente, que sua face imperialista não seja identificada com clareza. Essas condições devem ser mantidas, sem contudo ferir em nada a sua hegemonia.

A solução está em entregar para a Otan a tarefa de ocupar a Líbia. Essa via acoberta os Estados Unidos e dissolve as pretensões da França. Sob protesto da Itália que não pretende apenas servir de base de operações às forças da coalizão e do descontentamento de outros países europeus, discute-se a formação de um conselho de ministros do Exterior. Assim, haveria um comando político de ministros e um militar, regido pela Otan.

A resposta às discrepâncias não é tão simples. A Otan não passa de um braço do aparato intervencionista dos Estados Unidos. No Afeganistão, responde pela violenta opressão. O imperialismo americano se vale desses instrumentos de aliança política e militar para exercer a hegemonia. É o caso das forças de ocupação da ONU, ditas pacificadoras, e das forças da Otan, ditas de paz. O exemplo mais flagrante de “pacificação” é o da intervenção no Haiti. A semicolônia controlada pelos Estados Unidos não tem possibilidade de um só ato de vontade própria.

O fundamental está em que as diferenças não impediram os ataques à Líbia. É um caminho sem volta. O imperialismo irá até onde as condições políticas e sociais permitirem para liquidar Kadafi e seu clã. A justificativa e o sentido ideológico de atacar as forças do regime, embasada na suposta defesa da população civil, se dissiparam. Os mísseis de alta precisão não distinguem o militar do civil, seja Trípoli, Ajdabiya, Zawiya ou Misrata. Se as armas do ditador matam civis, é genocida; se as armas do imperialismo os matam, é libertadora. Os bombardeios se encarregam de desmascarar a falsa distinção. E escancaram a barbárie do capitalismo.

A intervenção não recai tão-somente sobre o regime de Kadafi, mas sobre a Líbia. Trata-se de um ataque ao país semicolonial, de economia atrasada e incapaz de se defender numa guerra convencional. Não se pode separar a ditadura de Kadafi do país. Isso, mesmo em situação de guerra civil. O imperialismo atua por cima do País, das partes em luta e do conjunto da população. A derrubada do governo não será produto da guerra civil, mas da violência contra-revolucionária desfechada pelas forças externas e estranhas às massas, às classes sociais, às tribos e ao conjunto de relações históricas da Líbia.

A agressão da Santa Aliança colonialista somente pode ser combatida pelo levante do povo líbio. As potências contam com a divisão do País para que não se tenha uma unidade antiimperialista. Kadafi prometeu armar um milhão de seguidores. No entanto, os ataques progrediram e o ditador permaneceu preso às palavras. Os insurretos de Benghazi acreditam que a França, Estados Unidos e Inglaterra serão seus salvadores. A verdade é que, caso não se reverta essa divisão por meio da luta de defesa nacional e da revolução, a Líbia se fragmentará e cederá passagem ao colonialismo.

A Resolução 1973 da ONU expressa o adiantado estado de putrefação do capitalismo mundial e de degenerescência da burguesia internacional. Representa a mais completa negação do direito à autodeterminação dos povos. Confirma a tese de que os Estados Unidos e sua coligação imperialista podem bombardear qualquer país, seja lá o motivo que aleguem. E reflete as tendências bélicas da crise mundial. Não há mais guerra civil na Líbia. E não haverá enquanto as forças das potências estiverem ocupando o País, mesmo que seja pelo cerco marítimo e aéreo. A Líbia já está sob invasão estrangeira.

A classe operária internacional, as massas exploradas e a juventude devem rechaçar a via imperialista de derrubada da ditadura de Kadafi. Deve defender a bandeira de autodeterminação das nações: somente as massas líbias podem se livrar ou conservar o regime sanguinário e obscurantista de Kadafi. A partir do momento em que as potências passaram a atacar militarmente a Líbia, a tarefa que se colocou é constituir uma frente única antiimperialista. Derrotar o imperialismo – eis a tarefa e o objetivo estratégico da situação.

A posição da LIT/PSTU sobre a Líbia

Como responder à intervenção do imperialismo

É preciso combater a intervenção do imperialismo na Líbia. Todas as correntes têm acordo quanto a isso. Formalmente, até a executiva da CUT se posicionou pelo princípio da autodeterminação. A LIT se refere a uma posição de esquerda favorável à hipócrita bandeira de proteger a vida de civis por meio da intervenção. No Brasil, não nos deparamos com essa aberração direitista. Temos o caso de PCO que, mesmo diante da Resolução 1973, não levantou a bandeira de fora a intervenção, limitando-se a criticar o objetivo de dominação. Em todo caso, a esquerda em geral se posiciona contra o intervencionismo.

Não é preciso detalhar a posição dos nacionalistas e dos castro-estalinistas que se colocaram contra o levante de Benghazi com o argumento de que se tratava de um movimento estimulado pelo imperialismo. A defesa de Kadafi em nome de combater o imperialismo é reacionária.

Desde o primeiro Manifesto, o POR levantou a bandeira de abaixo a ditadura de Kadafi e fora a intervenção das potências. O desenvolvimento da guerra civil nos obrigou a um acompanhamento detalhado não somente para verificar a natureza da sublevação e sua perspectiva política, como também porque ao lado dela se desenvolviam as posições do imperialismo, acossado pelos inúmeros levantes nos países árabes.

Com a contra-ofensiva das forças de Kadafi, evidenciou-se a passividade da população de Trípoli, podendo ser de apoio ou de temor, e a fraqueza militar dos sublevados, embora as convicções revolucionárias da necessidade de vencer a ditadura os tornassem melhores combatentes. O fato do regime não se esfacelar, como parecia que ia acontecer com as deserções, e das massas no oeste do País não se rebelarem inviabilizou a vitória da revolução. Por isso, os jornais noticiaram a possibilidade de se organizar uma guerrilha.

O imperialismo não tinha como se lançar sobre a Líbia enquanto a ofensiva estava com os insurgentes. Evidenciaria os objetivos intervencionistas de impedimento da revolução, de controle do petróleo e de outros interesses. A ONU não poderia liberar os Estados Unidos e sua gangue colonialista sem que a bandeira de defesa dos civis servisse de cobertura à violação da autodeterminação da Líbia. Os preparativos para a ação externa estavam prontos desde as primeiras horas da insurreição de Benghazi. As condições políticas se completaram no momento em que a contra-ofensiva de Kadafi demonstrou que poderia esmagar os sublevados. Foi exatamente nessa situação que a fração pró-imperialista do Conselho Provisório Líbio se potenciou, exortando a coalizão a implantar a zona de exclusão e a enviar armas. É compreensível que parte da população de Benghazi em se vendo sitiada passasse a aplaudir os bombardeios do imperialismo.

Por que é importante essa mecânica dos acontecimentos? Porque a intervenção militar da coalizão, liderada pelos Estados Unidos, modificou completamente a situação da guerra civil e o objetivo democrático de derrubada do regime despótico. São as armas do imperialismo e com elas sua política que destruirão Kadafi. As armas dos insurgentes colocam-se na dependência da intervenção externa.

Está aí por que não será possível uma vitória revolucionária

da contra-ofensiva de Benghazi, sem que se pare a ofensiva externa e se expulse o imperialismo. Sob a intervenção, impõe-se um conteúdo estranho à guerra civil. As forças de Kadafi são combatidas pela arma do imperialismo e pelas dos insurretos, o que objetivamente constitui uma aliança antinacional. A tarefa de derrocar a ditadura já não é do levante, mas da coligação. Eis por que a bandeira de Abaixo Kadafi somente deve ser levantada em novas condições, ou seja, naquelas em que a Líbia esteja livre do cerco militar do imperialismo. Aqui reside nossa divergência com a LIT/PSTU.

No artigo "*Líbia: as duas guerras*", Eduardo Almeida faz a pergunta: "Não seria o caso de deixar de lado a luta contra Kadafi e centrar na batalha contra o imperialismo?" Sua resposta: "Não. Existem duas guerras, uma contra Kadafi e outra contra o imperialismo. Não se pode resumir a complexidade do problema líbio apenas a uma das guerras, sob pena de uma capitulação grosseira ao imperialismo ou a Kadafi". Como o PSTU não quer capitular, nem perante um, nem perante outro, a solução à situação complexa é simples: lutar contra os dois ao mesmo tempo, sob a bandeira da LIT de "Abaixo a intervenção imperialista" e "Abaixo Kadafi". Fácil, não? E também cômodo!

A citação seguinte é longa, mas é importante:

"Nada melhor para discutir a correção de uma posição política do que levá-la à realidade concreta. Imaginem só a situação hoje de um grupo de militantes revolucionários de Bengazi ou Misrata, bastiões do povo rebelado. Eles não podem deixar de lutar contra Kadafi, que manteve os ataques contra essas duas cidades, matando 90 pessoas. Seria necessária uma unidade de ação com Kadafi contra o imperialismo? Em termos abstratos sim, mas isso é impossível política e militarmente. O grande obstáculo é o próprio Kadafi. Politicamente é impossível pelo ódio causado entre a ampla maioria das massas líbias pelo genocida Kadafi. Em termos militares, é impossível pela continuidade da agressão das forças do ditador. Por isso, a necessidade das duas guerras".

A resposta baseada em raciocínio empírico parece convincente. Almeida considera que abstratamente está colocada a "unidade de ação contra Kadafi", mas não concretamente. Em que fundamento se apóia para conceber em abstrato a unidade antiimperialista em conjunto com um ditador? Em León Trotsky, ou seja, na resposta à entrevista de Mateo Fossa, dada à questão do imperialismo democrático e do imperialismo fascista, assim distinguido por Josef Stálin para se colocar do lado de um contra o outro.

De que lado ficaria a classe operária, caso a Inglaterra entrasse em conflito com Getúlio Vargas que exercia um governo semifascista? Trotsky faz a pergunta e responde: "(...) estaria junto ao Brasil 'fascista' contra a 'democrática' Grã Bretanha." Explica: "Porque não se trataria de um conflito entre a democracia e o fascismo. Se a Inglaterra ganhasse, poria outro fascista no Rio de Janeiro e estaria o Brasil com duplo grilhão. Se pelo contrário o Brasil saísse triunfante, a consciência nacional e democrática deste país teria um poderoso impulso que levaria a ditadura de Vargas à derrocada. Ao mesmo tempo, a derrota da Inglaterra desfecharia um bom golpe no imperialismo britânico e daria um impulso ao movimento revolucionário do proletariado inglês."

Eduardo Almeida conhece o texto de cor e salteado, como qualquer trotskista que se preze. É provável que não achou necessário citá-lo para justificar que “em abstrato” coloca-se a “unidade” contra a intervenção, mas não concretamente. A “realidade concreta” para o dirigente do PSTU está no empirismo e não na análise de conjunto da situação. O fundamento marxista exposto por Trotsky não é aplicável no caso da Líbia, uma vez que não existe uma guerra, mas duas. Eduardo Almeida rende tributo à metafísica.

O PSTU pensa em levar adiante, ao mesmo tempo, o combate pela expulsão do imperialismo e pela derrubada de Kadafi, uma vez que são duas guerras distintas e paralelas. Como? Dever-se-ia fazer o “enfrentamento com a direção do Conselho Nacional Líbio (...), já que apóia “a ação militar imperialista”. Se Eduardo refletisse um pouquinho, veria que não há duas guerras. Há a intervenção armada do imperialismo que se sobrepõe à divisão da Líbia e que passou a condicionar as armas de Benghazi. O Conselho Nacional não se resume a uma representação autoproclamada do levante. Está efetivamente em sua direção e somente por isso o imperialismo interveio com facilidade. Caso os insurretos levantassem suas armas e dissessem não queremos nenhuma intervenção dos carneiros do mundo, derrubaremos Kadafi com nossas forças e dos nossos mortos cuidaremos nós mesmos, a situação seria completamente diferente. Poderia evitar a intervenção, ou então virar suas armas contra ela. Imagine a importância que teria para desencadear um levante das massas em Trípoli uma posição inconfundivelmente antiimperialista da revolução.

O Opinião Socialista conclama: “É fundamental que os lutadores em Benghazi e outros territórios liberados retomem a atitude anti-imperialista que existia na área antes da contra-ofensiva de Kadafi.” Esse chamado é melancólico. Sob o fogo cerrado da máquina imperialista, os sublevados começaram a retomar as posições perdidas. Caso avancem e derrubem Kadafi, será com as forças do imperialismo e não as da revolução. A bandeira de abaixo Kadafi se confunde e se transforma sob a intervenção. Não há como retomá-la sem que as armas se voltem para os invasores e os derrotem em sua ofensiva colonialista. Essa é a realidade concreta.

Por enquanto, criou-se uma situação contraditória, porque nem Kadafi porá em marcha um movimento de resistência ao imperialismo, o que implicaria cumprir a ameaça de armar a população, nem os insurretos rechaçarão a intervenção. Suponhamos que o ditador decida mobilizar o lado da Líbia contra o imperialismo e as massas do oeste mostrem disposição, teríamos ou não de nos

PCO – delírio sobre a Líbia

No jornal Causa Operária, número 626, lemos o título “Kadafi, com a ajuda do imperialismo, tenta afogar a revolução em sangue”. No entanto, não encontramos uma só menção sobre “a ajuda do imperialismo”. Narra acontecimentos, cita jornais estrangeiros, faz comentários sobre a ditadura, chama a atenção para a disposição de Kadafi ir ao massacre dos oponentes e nada sobre a política do imperialismo.

Logo abaixo, vem a nota “O ex-nacionalismo lucrativo de Muamar Kadafi”. Notícia o cancelamento pela Inglaterra de “oito contratos de exportação” de “armas e equipamentos destinados à contenção de protestos como escudos, bombas de gás e balas de

colocar no terreno das armas contra os invasores. Teríamos. Teríamos ou não de levantar a bandeira de frente única antiimperialista para vencer as forças superiores do inimigo? Teríamos. O que responderia o PSTU?

As potências estão com a faca e o queijo nas mãos. Sabemos se essa circunstância se modificará com o avanço de Benghazi sobre Trípoli. Embora a formulação de Trotsky tenha sido feita sob a forma de hipótese, portanto geral e principista, aplica-se à “realidade concreta” da Líbia. Não se poderá derrotar pela revolução a ditadura de Kadafi sem que se derrote o imperialismo. Essa via não será percorrida com Kadafi recuando sob o fogo do imperialismo e os insurretos avançando sobre o terreno preparado pela armas das potências. Não há duas guerras paralelas que convergem para um objetivo comum – a derrubada de Kadafi – e ao mesmo tempo distinta – uma de conteúdo colonialista e outra de conteúdo nacional-revolucionária. De fato, a destruição do governo Kadafi está na dependência das forças imperialistas. Está aí por que o POR se coloca pela unidade da nação Líbia para derrotar a ofensiva contra-revolucionária do imperialismo.

Na situação, é verdade, não será possível concretizá-la, mas expressará a política revolucionária do proletariado, fundamental para a retomada da revolução. Mas também é verdade que na situação não é possível derrubar Kadafi senão pelas mãos do imperialismo. Manter a bandeira de abaixo Kadafi na situação em que o imperialismo caminha para a sua derruba constitui um obstáculo para a defesa da unidade antiimperialista do povo líbio para rechaçar o intervencionismo. Há que se entender que a operação militar contra a estrutura militar não é apenas contra Kadafi, mas sobretudo contra a nação oprimida. Se os sublevados se colocam como linha auxiliar dessa destruição, perdem o norte da revolução.

Essa formulação, por si, responde à conclusão de Eduardo Almeida de que não levantar a bandeira de abaixo Kadafi significa estar “no campo político e militar desse genocida”. Nossa conclusão é outra: defender a destruição de Kadafi quando somente as forças do imperialismo podem fazê-la com seus ataques militares e quando os insurgentes se apóiam na invasão do capital internacional, defender levantar a bandeira de abaixo Kadafi significa colocar-se no terreno político e militar do imperialismo. Entendemos que não se trata de abstração a defesa da unidade antiimperialista contra o imperialismo, baseada na formulação de Trotsky sobre um possível conflito do Brasil “fascista” com a Inglaterra “democrática”.

Derrotar o imperialismo para libertar a Líbia da ditadura despotica de Kadafi.

borracha”. Conclui: “O imperialismo democrático logicamente não quer se comprometer com um ditador em queda livre, mesmo que seja um dos seus principais aliados”.

Imaginamos encontrar o sentido da afirmação da “ajuda do imperialismo ao ditador contra o levante presente. Mas PCO, ao contrário, informa sobre a suspensão da Inglaterra da venda de armas.

Deparamo-nos com outra passagem: “O medo de se associar diretamente à repressão violenta dos protestos não impediu o governo britânico de manter relações com Kadafi por anos, comercializando petróleo e armas.” A frase é esquizofrênica. A Ingla-

terra que armou Kadafi tem medo de que suas armas a associem com a “repressão violenta dos protestos”. Para que se vendem armas a qualquer governo burguês? Não tem o menor sentido o armamento de Kadafi pela Inglaterra com um suposto medo de ser identificada no presente com o sanguinário. O que a nota quer dizer é que a Inglaterra suspendeu a venda de armas, apesar de apoiar Kadafi contra o movimento revolucionário.

Sob a frase esquizofrênica, encontramos a tese de que o imperialismo ajuda Kadafi a sufocar em sangue os insurretos. A esquizofrenia se espalha: “O governo Kadafi está procurando a todo custo manter-se no poder para não perder o controle sobre acordos bilionários com o imperialismo europeu.” Ora, até parece que o regime de Kadafi é o grande beneficiado economicamente pelos negócios contraídos com as potências. Se PCO dissesse que o imperialismo se colocou por esmagar o levante de Benghali, procurando a todo custo manter o controle sobre acordos bilionários, teria algum sentido.

Munido da premissa de que a “revolução árabe e, em particular, a revolução Líbia, coloca em xeque a precária estabilidade do imperialismo europeu, já bastante abalado por sua própria crise”, PCO conclui que o imperialismo permanece unido a Kadafi. Não passa pela “análise” dos dirigentes do PCO que o imperialismo tem a alternativa de abortar a eclosão revolucionária removendo por suas mãos as ditaduras decadentes.

Como o jornal Causa Operária se transformou em comentarista da imprensa burguesa, com pinceladas esquerdizantes e com esquemas aparentados com trotskismo, não pôde apresentar um estudo rigoroso dos acontecimentos no Egito e agora na Líbia.

Na edição número 628, PCO informa sobre o anúncio do envio de tropas pelos Estados Unidos para a Líbia. Não temos, lamentavelmente, o número impresso. Na versão eletrônica para não assinantes, destaca-se “Líbia sob ameaça de intervenção imperialista”. Como PCO estava com as fantasias anteriores, não pôde extrair o sentido da manobra militar do imperialismo.

Referindo-se às declarações de Hillary Clinton, conclui: “... mas é evidente que o interesse do imperialismo norte-americano que é aliado de Kadafi é o de controlar o petróleo”. O imperialismo que é aliado de Kadafi cerca a Líbia em defesa do petróleo. Ou seja, para manter o ditador que não atendeu a exigência dos Estados Unidos de não esmagar o levante, Obama envia seus navios de guerra para a costa da Líbia. Quando não se tem a realidade dos fatos e suas conexões, fala-se qualquer coisa.

Já na edição seguinte, a de número 629, na capa, estampa-se “Kadafi recebeu carta branca para esmagar a revolução”. Bombástica, frase. Procuramos no artigo a explicação. Detalhe e mais detalhe descritivo sobre os bilhões guardados por Kadafi, sobre a composição de suas forças militares etc.

Aí vem o grande achado do redator: “Embora permaneça em discussão a possibilidade de uma intervenção militar dirigida pelos EUA e os demais membros da OTAN, a guinada dada por Kadafi na situação interna fez com que os governos imperialistas recusassem de seus planos”. O fato dos diversos governos negociarem um acordo de intervenção, buscando superar divergências internas, e percorrerem um caminho sinuoso significa dar carta branca para Kadafi esmagar os sublevados? O que significa dar carta branca? Significa que o imperialismo decidiu apoiar Kadafi e garantir sua sobrevivência suspendendo o seu plano de intervenção militar. E se o imperialismo resolvesse intervir, como

de fato acaba de ocorrer, estaria retirando a carta branca, em favor dos sublevados?

PCO não poderia deixar de dizer que as “considerações práticas, no entanto, não impedem o imperialismo de pressionar o regime do Kadafi contra os revolucionários no Leste do país.” Mas PCO custa a crer. “Até o momento, nenhum ataque aéreo promovido por Kadafi foi impedido”.

A posição de PCO corre o risco de defender a intervenção imperialista em favor da revolução? Se fosse consequente com as formulações, sem dúvida que sim.

Na nota de pé de página, “A batalha de Ras Lanuf”, o redator afirma que para “o governo de vários países europeus, como Itália, e principalmente para o governo dos EUA, Kadafi é ainda a melhor alternativa para o poder na Líbia, já que um governo surgido da revolução seria um fator de completa instabilidade para a política do imperialismo na região”. Em geral parece correto, mas na situação concreta da crise é uma falácia. O levante e sua transformação em guerra civil somente foram possíveis porque o regime despótico do clã Kadafi está esgotado, ou seja, entrou em contradição insuperável com as necessidades econômicas e sociais do País. Ocorrem sob impacto da crise mundial – aumento dos preços dos alimentos, carestia, desemprego da juventude, etc. – e da constituição de um quadro de insubordinação das massas árabes oprimidas do Norte da África ao Oriente Médio.

O imperialismo também preferia que a ditadura de Mubarak continuasse. Mas não era conveniente sustentá-lo com derramamento de sangue. Nesse ponto, o melhor seria Kadafi ter aceito a pressão inicial dos Estados Unidos de negociar uma saída com o movimento vindo do Leste. O imperialismo poderia promover a transição, como fez no Egito. Uma vez que o déspota mostrou-se senhor de si e resolveu esmagar o levante, o imperialismo não teve como apoiá-lo.

A demora em bombardear as posições militares de Trípoli se deveu ao desenvolvimento dos acontecimentos e das divergências no seio da ONU e dos próprios governos, particularmente no dos EUA. Logo ficou claro que o levante não tinha grandes possibilidades de dar lugar a um governo revolucionário, e como tal, antiimperialista. A tese de melhor alternativa frente à possibilidade de um poder surgido da revolução é miragem de PCO.

O manejo de esquemas em situações complexas como uma guerra civil e de interferência do imperialismo termina em inutilidade. Os redatores do Causa Operária basearam suas previsões e considerações em declarações, divergências, idas e vindas dos Estados Unidos e previsões de analistas burgueses. Não observaram as tendências gerais da crise e o curso mais provável do conflito. Eis por que não encontramos nas posições de PCO a bandeira de fora a intervenção do imperialismo, colocada no alvorecer do confronto.

Desprezo de PCO diante da ofensiva imperialista -

Na edição de 20 a 26 de março, No 630, Causa Operária negligencia a decisão da ONU de autorizar o bombardeio da Líbia. Em uma nota de rodapé, estampa o título “O jogo de esconde-esconde”. O recurso da imagem de um brinquedo infantil visa a convencer o leitor que o imperialismo e o Kadafi fingem. As potências fazem que querem a saída do ditador ameaçando com a intervenção e este finge que irá parar os ataques às posições de Benghazi.

No alto da sapiência, o redator de Causa Operária faz o diagnóstico: “O cessar-fogo, no entanto, não garante que o conflito volte a se aprofundar no próximo período, diante da intervenção militar planejada pelas forças aéreas da França e da Inglaterra (...).” Na realidade, o imperialismo não aceitou a proposta de Kadafi de cessar-fogo, acusando-o de manobrar. Não houve nenhuma conversação. Imediatamente, a coalizão passou ao bombardeio.

Em meio à descrição jornalística, PCO rebate a justificativa do imperialismo de que uma intervenção representaria a defesa do povo líbio e declara que se trata de uma ação para controlar o petróleo da Líbia. Corretíssimo! Essa ponderação, no entanto, expõe a leviandade das análises e dos prognósticos de PCO. Em nenhum momento, reconhece que o imperialismo se lançará sobre a Líbia e que é necessário, e dever revolucionário, levantar a bandeira de Fora o imperialismo! Nenhuma intervenção!

Não foram as potências que jogaram de “esconde-esconde”, mas sim o PCO, com suas brilhantes conjecturas.

Depois da nota da página B 1, do Segundo Caderno, uma página inteira com dois terço de imagem, mais uma nota “A marcha da contrarrevolução liderada por Kadafi”. Novamente, cansativa descrição tirada dos noticiários para enfim chegar à tese-guia: “Carta branca para esmagar a revolução”. Eis a pérola: “Nos últimos dias, diversas declarações de membros dos governos norteamericano e europeus deixaram claro que, para o imperialismo, a solução mais viável para o conflito na Líbia é que o próprio Kadafi derrote os revolucionários.” Faltou a Causa Operária transcrever essas supostas declarações, pois o que não falta no jornal são citações e interpretações.

Acontece que os redatores precisam convencer a si próprios que não estão espalhando bobagens. Que de fato o imperialismo não está se utilizando a guerra civil para intervir e que para isso não pode dar carta branca à ditadura de Kadafi.

Há um hiato entre a nota da página B 1 e da B 2. PCO ainda estava no passado, ou seja, antes de a ONU aprovar a Resolução 1973. Vejamos: “O fato do imperialismo mundial ter recuado dos planos de impor uma ‘zona de exclusão aérea’, abriram caminho para que a força aérea, controlada pelo regime, fosse utilizada em larga escala contra as cidades tomadas pela revolução.” Mas deixemos de lado tais incongruências.

Então, justificaria a intervenção do imperialismo para conter as forças de Kadafi? Os comentários jornalísticos e os arremedos de análise marxista de PCO o colocaram em uma armadilha. E seus dirigentes ficaram com a chave: a tal da “carta branca” expedida pelas potências para Kadafi esmagar o levante. Isso explica por que os pretensos trotskistas não deram a mínima importância à decisão da ONU, considerando-as mais um movimento do “jogo de esconde-esconde”.

PCO coxeia atrás da bandeira “Fora o imperialismo da Líbia”

Foi preciso que a máquina de guerra da coalizão bombardeasse Trípoli, destruísse a estrutura militar de Kadafi e matasse civis para que PCO acordasse de seus delírios. É o que vemos na edição de 27 de março, No 631, do jornal Causa Operária.

Seguro de que o imperialismo havia dado “carta branca” à ditadura para dar um banho de sangue no Leste rebelde, PCO assistiu incrédulo o naufrágio de suas análises e previsões bom-

básticas. Como é da política oportunista, não se viu no dever de explicar aos seus leitores e à sua militância por que o imperialismo retirou a tal da “carta branca”. Certamente, não se explica o que não existiu, a não ser nas páginas do jornal Causa Operária. Mas não pensem que os seus redatores não procuraram criar uma nova versão e passá-la de contrabando.

Eis: “O que impulsionou a crise na Líbia e levou a uma intervenção militar dirigida pelos governos dos EUA, França e Reino Unido, por sua vez, foi o fato de que o regime de Muamar Kadafi enfrentou uma resistência ainda mais forte e organizada quando tentou esmagar por conta própria a revolução.” O que se pretende explicar com a essa embrulhada? Primeiro, Kadafi não conseguiu usar a carta branca das potências para esmagar por conta própria a revolução, porque enfrentou uma inesperada resistência dos insurretos. Segundo, o imperialismo, então, retirou-lhe a carta branca e passou a esmagar Kadafi, bombardeando suas posições. Em síntese, se Kadafi não foi capaz de liquidar os insurretos para o imperialismo, o imperialismo o liquidará para acabar com a revolução. Não há um pingão de veracidade nesse jogo. Quando a ONU aprovou a Resolução 1973, as forças leais ao ditador avançavam sobre Benghazi. Obama utilizou à farta a invectiva de Kadafi que caçaria de casa em casa os traidores.

No quarto parágrafo acima, lemos: “O imperialismo enxergou nas dificuldades de Kadafi contra a revolução uma oportunidade para controlar a situação diretamente a pretexto de combater a ditadura”. Está aí por onde os redatores começaram a esboçar uma virada dos abundantes argumentos de que o imperialismo estava unido à reação do regime despótico contra o levante.

A insubordinação de Benghazi que se espalhou para todo o leste do País tomou o regime de surpresa e mais ainda quando se transformou em ofensiva armada sobre o oeste. O recuo inicial de Kadafi foi necessário para organizar a reação. Lançada a contra-ofensiva, as forças do levante se mostraram inexperientes no manejo das armas e muito inferiores como organização militar. A superioridade das armas comandadas por Kadafi ficou patente na expulsão dos revoltosos de Ras Lanuf. O mais importante ainda é que a ditadura manteve sua base de sustentação em Trípoli. Sem o levante no centro do poder do regime, a insurreição do leste ficou isolada e limitada.

Se PCO recorresse à ordem dos fatos, veria que o imperialismo, desde as primeiras horas da sublevação em Benghazi, se pronunciou pela saída de Kadafi do poder. Essa via seria melhor para conter a revolução e estrangulá-la nos limites da troca de governo, a exemplo da Tunísia e do Egito. Não havia condição de o imperialismo sustentar Kadafi, como não teve como sustentar Ben Ali e Rosni Mubarak e como por enquanto está tendo para sustentar as monarquias da Arábia Saudita e Bahreem. As potências ameaçaram intervir na crise da Líbia assim que se confirmou a divisão do País na forma de guerra civil.

A via de o imperialismo abortar a revolução é submetê-la por meio do controle da insurreição anti-Kadafi. Certamente, não é possível saber como será o desfecho da intervenção e de uma possível derrocada do regime, mas com toda certeza o envolvimento da direção dos rebeldes com a coligação assinala a penetração do capital internacional no conflito líbio.

PCO substituiu a análise concreta da crise e de sua evolução por comentários jornalísticos e por clichês. Está aí por que coxeia atrás da bandeira de “Fora o imperialismo da Líbia”.

Como caracterizar a revolução na Tunísia

Em 1993, os lambertistas “reproclamaram” a IV Internacional. Nos anos 50, a organização fundada pela Oposição de Esquerda Internacional, tendo à frente León Trotsky, viveu uma crise com a revisão da caracterização do estalinismo como política contra-revolucionária, que levaria à destruição das conquistas do proletariado russo e mundial. Michel Pablo, secretário da organização, foi às últimas consequências no revisionismo e esfacelou a IV Internacional.

A Organização Comunista Internacional (OCI) francesa liderou uma oposição à tendência majoritária chefiada por Pablo. A corrente pablista se agrupou no Secretariado Unificado (SU), cujo maior expoente acabou sendo Ernest Mandel. De 1952 até 1993, a corrente de Lambert se colocou por reconstruir a IV Internacional. As críticas ao pablismo de revisionismo se mostraram corretas, bem como a posição de reconstruir a IV Internacional. O estalinismo com sua tese de “socialismo em um só país” e de “coexistência pacífica com a democracia imperialista” levou à restauração capitalista e à desintegração da União Soviética.

No entanto, a OCI, que se transformou em Partido dos Trabalhadores da França, inspirado na experiência da fundação de um PT no Brasil, se afastou do Programa de Transição da IV Internacional, que sintetiza o legado do leninismo, da III Internacional dos Quatro Primeiros Congressos, da Oposição de Esquerda Russa e da Oposição de Esquerda Internacional. Desconhece em sua política as reivindicações transitórias e sua dependência à estratégia da revolução e ditadura proletárias. Por isso mesmo, abandonou a concepção leninista de partido.

Com o fortalecimento do imperialismo norte americano no pós-guerra e com o retrocesso do movimento comunista internacional, sob a direção do Partido Comunista Russo estalinizado, constituiu-se um período de reação e de conservadorismo. Embora o capitalismo mundial tenha se contorcido em novas crises já em meados de 1960 e principalmente nos anos de 1970, a retomada das lutas foi sufocada e aprofundou-se o refluxo das massas. Essa situação favoreceu o revisionismo, não somente pablo-mandelista, mas também lambertista e morenista.

Todas essas organizações, sem exceção, colidiram com as posições do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), que foi isolado internacionalmente, o que causou grandes prejuízos à reconstrução da IV Internacional e ao próprio POR. A essência do distanciamento e do antagonismo dos lambertistas com o POR está na aplicação do Programa de Transição e na concepção do partido, o que afeta todo entendimento e as ações para se reconstruir a IV Internacional.

Aqui no Brasil, tanto o pablo-mandelismo quanto o lambertismo provaram sua política revisionista no PT. Um pela direita, e outro pela esquerda, ou seja, os pablistas seguindo a política de poder do PT e se integrando ao governo de Lula; e os lambertistas se diferenciando apenas quanto à negativa de participação e se passando por críticos das diretrizes governamentais, burguesas e pró-imperialistas. Os revisionistas evitaram caracterizar o governo de Lula de burguês e antinacional.

Quando houve a cisão na Democracia Socialista (pablista), os lambertistas fizeram uma crítica pela direita à fração que rompeu com o PT e fundou o PSOL. Acusaram-na de querer destruir um partido operário independente, que seria o PT. O PT, no entanto, não só se transformou em partido burguês, como se oligarquizou e se corrom-

peu completamente com o inheiro dos capitalistas. Fizeram a crítica acertada ao fracionamento da CUT, mas sua militância se encontra amplamente comprometida com a burocracia cutista.

Não é o caso, aqui, de detalhar a adaptação dos lambertistas ao reformismo petista e ao burocratismo sindical. Cabe concluir que a experiência com o PT é a tumba da IV Internacional no Brasil, tanto quanto à do SU mandelista. Vejamos a 4ª Internacional lambertista sobre a Tunísia.

A primeira formulação é peremptória. Na Tunísia, desenvolve-se uma revolução proletária. O mesmo não é dito sobre o Egito. Tome-mos a frase: “A revolução que começou na Tunísia e não pára de se aprofundar, é uma autêntica revolução proletária.”

Quais as condições que permitem aos lambertistas chegarem a essa afirmação tão precisa? Destaquemos: 1. “Nesse movimento, os trabalhadores ocupam uma posição central; 2. O movimento constituiu “comitês de defesa da revolução, cuja coluna vertebral são os jovens e os sindicalistas”. 3. Por levantar a bandeira de “*Água e pão, Ben Ali não!*”. 4. A “única palavra de ordem, as exigências da democracia e as reivindicações sociais e trabalhadores contra um regime enfeudado ao imperialismo (...)”

Evidentemente, essas condições não autorizam a caracterização de revolução proletária. Não basta a presença de “jovens precarizados e desempregados, trabalhadores, camponeses e outras camadas da população tunisiana” e reivindicações democráticas de fim da ditadura e exigência da democracia, acompanhadas de bandeiras econômica (emprego, salários) e sindicais (reapropriar-se da União Geral dos Trabalhadores da Tunísia - UGTT) para se ter uma revolução proletária em andamento. O correto é que há uma revolução democrática, que para se realizar tem de dar lugar à tomada do poder pelo proletariado, que imporá sua ditadura de classe. Essa tese fundamental da revolução permanente de Trotsky é desconhecida pela 4ª Internacional lambertista.

Vejamos o desenvolvimento da afirmação inicial: 1. “Só a classe operária, apoiando-se em sua organização histórica, tem condições de agrupar a nação contra o imperialismo e os seus vassallos.” 2. “Os comitês que se constituíram ainda não resolveram a questão da sua centralização em escala nacional.” “De certa maneira, eles já se erguem como um possível duplo poder frente às instituições do regime (...)”

A primeira afirmação é uma das premissas essenciais. Sem que a classe operária esteja à frente dos combates não é possível a revolução proletária. O que se verifica, no entanto, é que se trata de uma possibilidade e não o que de fato ocorreu ou que vem ocorrendo na Tunísia. A segunda parte da premissa se refere a “apoiando-se em sua organização histórica”. Não diz que organização é essa, mas pela descrição anterior supomos que se trata da UGTT. A Declaração não se refere ao partido revolucionário. Trata-se, portanto, de uma aberração. Nenhuma central, por mais revolucionária que seja, pode servir de apoio ao proletariado se esse não estiver sob a direção do partido.

Quanto aos comitês, a Declaração reconhece que ainda estão fragmentados e que possivelmente venham a ser organismo de duplo poder. Vamos dizer que ganhem unidade e se transformem em duplo poder. Sem que em sua direção esteja o partido, não poderão avançar a luta democrática das massas para a tomada do poder.

A idéia de que o movimento se choca com o imperialismo ao colocar o fim do “regime enfeudado ao imperialismo” é verdadeira. Mas

nem por isso o levante na Tunísia se transformou em um movimento de ruptura com o imperialismo. Notamos que as manifestações não levantaram bandeiras antiimperialistas. E não poderá fazê-lo consequentemente sem que a classe operária esteja em sua direção e que conte com o partido.

O levante não foi capaz de liquidar o regime montado por Ben Ali e pelo imperialismo. É preciso uma nova arremetida das massas para abrir uma nova etapa revolucionária. Mas a Declaração não se preocupa em demonstrar. Refere-se a lutas fabris por aumento dos salários, emprego e jornada. O que pode indicar tanto o retorno à luta geral quanto um recuo economicista.

Assim, a 4ª Internacional lambertista permanece atada às mãos em torno da democratização do regime. O novo governo admitiu eleições para uma Constituinte, sob pressão do movimento. Seu objetivo era promover eleições presidenciais. No entanto, tudo indica que será formada uma Câmara legislativa por meio do voto e esta terá a função de aprovar uma Constituição. A bandeira central da 4ª Internacional lambertista foi e é de Assembléia Constituinte. Se há uma revolução proletária em curso, mais necessário se torna desenvolver a estratégia da ditadura do proletariado. Para que as tarefas democráticas trazidas pelas massas à luz do dia sirvam à revolução social e sejam realizadas, é fundamental que os revolucionários defendam a tomada do poder e constituam um governo revolucionário.

A Declaração dá-nos o conteúdo: 1. "(...) significa o desmantelamento de todas as instituições do antigo regime; 2. "o estabelecimento da soberania nacional" (rupturas com os acordos impostos pelo imperialismo, renacionalização de empresas, expropriação dos bens da família de Ben Ali, terra aos camponeses, etc.) E conclui: "É este movimento próprio dos comitês, apoiados na UGTT, que pode desembocar numa verdadeira Assembléia Constituinte Soberana."

Numa situação em que a revolução começa pelas reivindicações e tarefas democráticas, como na Tunísia, Egito e outras no Norte da África e Oriente Médio, a bandeira de Assembléia Constituinte pode jogar um importante papel para o proletariado unificar atrás de si a maioria explorada, principalmente os camponeses, e lutar pela tomada do poder.

Qual é o problema da formulação da 4ª lambertista? Que não defende e não desenvolve a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Nenhum governo burguês convocará a Constituinte Soberana. Os pablistas e os morenistas assinam em baixo a formulação democratizante dos lambertistas. Uma Constituinte não tem como desmantelar as instituições do regime. Em certas circunstâncias, poderá refletir a derrocada do regime pela insurreição, levante armado e tomada

Referendo no Egito – Reflexo do golpe palaciano

Como a Junta Militar que afastou Hosni Mubarak prometeu, realizou-se um referendo sobre alguns artigos da Constituição. A Comissão de redação nomeada pelos militares apresentou sua proposta e em duas semanas ocorreu a votação. Não houve tempo para os opositores desenvolverem a campanha pelo "Não".

Compareceram, no dia 19/3, 41% dos eleitores. Desses, 77,2% aprovaram a reforma constitucional com o "Sim", o que corresponde em números absolutos 18,5 milhões. Os opositores se limitaram a 22,8%, ou seja, 4 milhões.

O que foi alterado? Fundamentalmente, aspectos referentes às eleições presidenciais e parlamentares. Não sobrou nada da expectativa de que, com a queda do ditador, cairia a ditadura de conjunto. O regime ficou intacto, mas não há como se conservar a não ser adaptando-se a certos mecanismos da democracia burguesa,

do poder. Nenhuma Constituinte será soberana enquanto a burguesia controlar o poder do Estado e preservar suas Forças Armadas.

Chama a atenção o fato da Declaração não caracterizar a natureza da revolução no Egito. Apenas descreve o controle exercido pelo imperialismo, a não liquidação do regime de Mubarak, o descontentamento que permanece entre as massas e a luta da classe operária por tornar os sindicatos independentes, o que em certa medida ocorre também na Tunísia. As semelhanças entre um e outro levante revolucionário são maiores do que as diferenças. Mas para a 4ª lambertista na Tunísia há uma revolução proletária em curso e no Egito apenas um levante revolucionário.

Observando com cuidado, tanto o levante da Tunísia quanto o do Egito colocaram a revolução, partindo de limitadas reivindicações e tarefas democráticas. Ambas retrocederam com a destituição dos ditadores, sem que as massas pudessem tomar o poder e constituir um governo revolucionário. Ainda que na Tunísia tenha tido maior resistência da população sublevada à simples troca do ditador, não há distinção qualitativa entre a caracterização de revolução proletária e levante revolucionário no Egito.

Em qualquer revolução, o fundamental está na luta pelo poder e nas classes que se digladiam em torno dele. O mesmo problema se manifestou nos dois países conflagrados: o proletariado não está organizado em um partido marxista-leninista-trotskyista e por isso não pôde assumir a direção das massas oprimidas na luta pelo poder.

As novas condições da crise mundial do capitalismo atuam sobre as contradições particulares dos países semicoloniais, profundamente atrasados e saqueados, e tornam o ódio dos explorados em gigantesca força revolucionária. No entanto, igualmente se manifesta a crise de direção aberta pela contra-revolução estalinista (restauracionista) e agravada pelos retrocessos provocados pelo revisionismo e pela desintegração da IV Internacional.

A autoprocamação da IV Internacional pelos lambertistas é um reflexo dessa crise e da profunda degenerescência das correntes revisionistas. Não é por acaso que os lambertistas não colocam a tarefa de constituir o partido-programa. O chamado da Declaração de "agrupar as forças operárias de origens diversas no terreno comum, o da independência de classe do proletariado, para construir em conjuntos partidos que ajudem a classe operária na direção da revolução" tem por diretriz a formação de partidos como o PT, do Brasil, chamado de partido operário independente. Trata-se da negação da concepção leninista do partido de quadros, portador da teoria marxista e do programa da revolução proletária.

sa, como a previsão das eleições e dos mandatos.

As emendas constitucionais expressaram o golpe militar palaciano – a via encontrada pela contra-revolução. Não houve possibilidade de sequer alimentar a ilusão em revogar a Carta adotada em 1970 e redigir outra com a participação das forças oposicionistas. A Junta Militar determinou o curso da "democratização", com apoio do imperialismo e com o consentimento dos opositores, entre eles, a Irmandade Muçulmana.

O referendo não mereceu alarde internacional. Foi também encoberto pelos bombardeios da coalizão colonialista e pelos conflitos sangrentos no Iêmen, Bahrein e Síria. Mas não havia mesmo interesse em mostrar que a democratização do Egito não passa de uma fachada ao regime que sobreviveu ao levante popular.

A pergunta que se coloca é como um movimento tão formi-

dável, com cerca de trezentos mártires, permitiu que as Forças Armadas egípcias e os Estados Unidos o desmobilizassem e o reduzissem a um referendo fraudulento? Como é que a maioria esmagadora que compareceu às urnas optou pela revisão constitucional conduzida pelos militares? E, finalmente, porque apenas 41% dos eleitores foram votar? Entendemos que se deve ao fato da revolução democrática ter sido interrompida pelo golpe militar. As massas sublevadas careceram de uma direção revolucionária, o que impossibilitou enfrentar a autocracia com um programa da revolução social. O ódio concentrado no ditador não teve como ser dirigido contra os fundamentos sociais, políticos e materiais de sua existência, que se encontram na burguesia egípcia e no colonialismo imperialista.

A tarefa de arrancar a ditadura representada por Mubarak implicava ir às suas raízes de classe e às relações de produção capitalista semicolonial do Egito. Extirpar apenas o ditador é o mesmo que cortar a verruga que salta sobre o tecido do corpo. As massas em luta não estavam em choque exclusivo com a figura de um ditador, mas com a burguesia que as explora e as oprime em todos os aspectos da vida social. Porém, não sentiram forças para ir além da reivindicação de cortar a verruga.

Os militares e o imperialismo avaliaram corretamente o alcance da sublevação e deram-lhe uma saída aparentemente democrática – na verdade, contra-revolucionária. O ditador sequer foi exilado. Não sofreu nenhuma punição pelas mortes. E continua com os bens roubados do País. No momento em que as massas admitiram que as Forças Armadas eram amigas de sua reivindicação de fim da ditadura e em que a oposição burguesa teve como alimentar essa ilusão, a revolução estava fadada ao fracasso. Não poderiam se colocar plenamente as tarefas democráticas de erradicação do regime ditatorial, que se confrontariam com a burguesia, com a burocracia estatal, com as instituições militares e com o imperialismo.

Sem o partido da revolução proletária, não é viável que uma revolução democrática vá até o fim. No Egito, não ultrapassou o seu começo.

A ditadura constituiu-se e manteve-se por 40 anos como condição política e administrativa para que a oligarquia egípcia se enriquecesse às custas da pobreza das massas e da submissão do País atrasado ao imperialismo. Não cairia com uma revolução, se não caísse com ela o poder da burguesia. As transformações seriam profundas, a começar pela ruptura com o capital multinacional, com os acordos ditados pelo imperialismo e com a opressão nacional. Mas não havia a bandeira antiimperialista guiando as massas, e nem a de desmantelamento das forças que constituíram a ditadura de Mubarak, entre elas o exército, a polícia e o judiciário.

O leitor poderá questionar se não estamos exigindo demais e se não estamos fora da realidade. Não estamos. O levante liberou as forças revolucionárias das massas oprimidas que passaram a protagonizar uma revolução e se depararam com as tarefas democráticas de derrocada da ditadura, cujas implicações anteriormente se apontamos.

As correntes que não observaram toda extensão do embate histórico se empantanaram na avaliação de que houve uma revolução democrática no Egito, ou não chegaram sequer a fazer uma justa avaliação dos acontecimentos. No fundo, não compreenderam o sentido histórico da constatação do Programa de Transição sobre a crise de direção, aberta pela vitória do estalinismo na ex-União Soviética. E, sobretudo, desprezaram a teoria marxista da revolução, da qual é

parte decisiva o partido revolucionário, o programa e a direção das massas. Não puderam atentar para o fato do levante egípcio ter colocado objetivamente as tarefas da revolução democrática, inclusive da convocação de uma assembléia constituinte democrática. E não tiveram como observar que, contraditoriamente, faltou o programa encarnado pelos explorados, ou seja, o partido, com o qual a classe operária lideraria a maioria oprimida.

O resultado dessa contradição foi que os insurretos não puderam exercer plenamente a luta de classes e que, por sua vez, a burguesia e o imperialismo tiveram condições para cortar o desenvolvimento da revolução. O referendo ditado pelos golpistas, desgraçadamente, reflete a revolução interrompida.

Breve consideração sobre a nota do jornal “Opinião Socialista”

O referendo não mereceu do PSTU uma explicação integrada ao processo revolucionário que levou à destituição de Mubarak por meio de um golpe militar palaciano. Não encontramos menção à revolução democrática, que, segundo os morenistas, ocorreu e se constituiu na primeira etapa da revolução socialista. A nota no pé de página se limita a noticiar o referendo, a criticá-lo corretamente de antidemocrático, a concluir que é uma manobra da junta militar e a aconselhar o povo do Egito a defender o fim de todas as instituições do regime e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Não mereceria esta breve consideração crítica se não fosse a seguinte passagem: “O referendo foi convocado às pressas, duas semanas antes de sua realização. Além disso, foram redigidas por um comitê judicial designado *pelas forças militares, que tomaram o poder após a queda de Mubarak*. (grifo nosso)

Trata-se de uma falsificação a afirmação de que as *forças militares tomaram o poder após a queda de Mubarak*. Nada disso! As forças militares já no poder destituíram Mubarak com um golpe palaciano, evitando se confrontarem com as massas, e, no lugar do ditador, instalaram uma Junta de generais. A idéia sorrrateira de que as massas derrubaram Mubarak e depois os militares tomaram o poder não é digna de quem se reivindica do trotskismo.

Foi um descuido na formulação? Não foi descuido. Ocorre que o PSTU negou a existência de um golpe palaciano e atribuiu a queda do ditador exclusivamente às massas, que assim cumpriam a primeira etapa da revolução, a democrática. Mostramos detalhadamente essa falsificação no artigo do folheto *Levante Popular no Egito: uma revolução democrática interrompida por um golpe que preservou o regime*, que responde ao artigo de Eduardo Almeida, publicado no Opinião Socialista, nº 418.

A evidência do golpe se faz mais ostensiva ainda diante da condução das reformas pela Junta Militar, da qual faz parte o referendo. A conduta passiva da população diante do poder das Forças Armadas indica a importância de se analisar o processo revolucionário à luz do programa e da teoria marxista da revolução. A conduta conciliadora da oposição burguesa que correu atrás do levante e tomou sua direção, principalmente a Irmandade Muçulmana, demonstra sua traição à revolução democrática.

Como se vê, a ausência do partido marxista-leninista-trotskista impossibilitou o proletariado liderar o levante popular. Essa é a chave da explicação do por que a revolução democrática não triunfou.